

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA BACHARELADO

PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO

CIÊNCIA PELA RAMA: Antonio Lobo e a vulgarização científica no Maranhão, nos primórdios do século XX

São Luís

2017

PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO

CIÊNCIA PELA RAMA: Antonio Lobo e a vulgarização científica no Maranhão, nos primórdios do século XX

Monografia apresentada ao Curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em História.

Orientador: Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins

São Luís

2017

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Cardoso, Patricia Raquel Lobato Durans

Ciência pela rama: Antonio Lobo e a vulgarização científica no Maranhão, nos primórdios do século XX / Patricia Raquel Lobato Durans Cardoso. -2017.
73 f.

Orientador(a): Manoel de Jesus Barros Martins
Monografia (Graduação) - Curso de Bacharelado em História Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Literatura maranhense. 2. Intelectual maranhense. 3. Antônio Lobo. 4. Vulgarização científica. I. Martins, Manoel de Jesus Barros II. Título

PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS CARDOSO

CIÊNCIA PELA RAMA: Antonio Lobo e a vulgarização científica no Maranhão, nos primórdios do século XX

Monografia apresentada ao Curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em História.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

(Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

(Examinador)
Universidade Federal do Maranhão

A meu querido mestre Manoel de Jesus Barros
Martins;

A Marlon e Célia, pelo apoio e força nesses
últimos dias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente na feitura desse trabalho, em especial:

A Deus, fonte de inspiração e força, que me permitiu não desistir de me formar.

À Vovó e Carmela, por serem meus portos-seguros por toda a minha vida.

A Marlon, pelo amor e incentivo sempre. E também por encher meu ego e dizer que eu sou inteligente.

Às turmas pelas quais passei no Curso de História desde 2003.

Ao Curso de História e a todos os meus professores ao longo desses anos. Não vou me lembrar de todos, mas nomeio os mais queridos e especiais: Manoel Martins, Henrique Borralho, Josenildo Pereira, Regina Faria, Antonia Mota.

A Manoel Martins, sempre, por ser o elo entre os “novos atenienses e eu”. Muito carinho e gratidão sempre, meu orientador querido a quem dedico este trabalho.

Às minhas amigas de trabalho, grandes historiadoras Roberta Lobão e Eva Dayna, pela orientação e indicação de bibliografia diversa.

À Biblioteca Pública Benedito Leite, de onde tirei quase todos os documentos da pesquisa, em especial Aline Nascimento e Fátima Matos.

À Biblioteca Nacional, por disponibilizar pela internet, de forma rápida e segura, quase todos os jornais maranhenses do período em que estive pesquisando.

Aos queridos Rodolfo e Roseline, que organizaram meu texto para que se tornasse um trabalho científico.

“O artista é um isolado [...] não adaptado ao meio, mas em completa, lógica, inevitável revolta contra ele”.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção do discurso científico e de vulgarização científica na obra de Antônio Lobo. Para tanto, procede-se a uma pesquisa histórica de cunho bibliográfico, utilizando como fonte as obras publicadas por ele e os seus registros jornalísticos. Contextualiza-se a vida e obra do intelectual Antônio Lobo com a história da literatura maranhense. Identifica-se e discute-se as teorias científicas que embasam a obra do referido autor. Busca-se compreender o processo de vulgarização científica empreendido pelo intelectual, por meio de sua obra *A doutrina transformista e a variação microbiana* e os seus textos veiculados nos jornais maranhenses do final do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: Literatura maranhense. Intelectual Maranhense. Antônio Lobo. Vulgarização Científica.

ABSTRACT

The paper aims to examine the construction of scientific discourse and of scientific vulgarization in the work of Brazilian writer Antonio Lobo. Therefore, there is an historical survey of bibliographic nature in the works he published and in his journalistic records. It illustrates the life and work of Antonio Lobo with the story of literature in the state of Maranhão. Also, it identifies and discusses the theories that supported the work of the author. It aims to understand the process of science vulgarization he undertook in his work "*A doutrina transformista e a variação microbiana*" and the texts he published in newspapers in Maranhão during the end of 19th century and the beginning of 20th century.

Keywords: Literature in Maranhão. Intellectual from Maranhão. Antonio Lobo. Scientific vulgarization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O INTELLECTUAL ANTÔNIO LOBO	14
2.1	As gerações literárias maranhenses e o mito da ateniensidade	17
2.2	A construção de Lobo como intelectual neo-ateniense	21
3	DISCUSSÕES TEÓRICO-CIENTÍFICAS DE LOBO	28
3.1	Em <i>Os novos atenienses</i>	29
3.2	Em <i>A carteira de um neurastênico</i>	32
3.3	Em <i>Relatórios da Biblioteca Pública</i>	35
3.4	Em <i>A política maranhense</i>	41
3.5	Em <i>A questão de livros da Escola Modelo</i>	44
4	LOBO E A VULGARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	49
4.1	A vulgarização científica nos jornais	53
4.2	Em <i>A doutrina transformista e a variação microbiana</i>	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um momento fulcral de revolução dentro do fazer historiográfico, que mudou profundamente a relação da história com as outras áreas do conhecimento, a relação da história com a sua escrita e o seu objeto, a história consigo mesma, na medida em que o pensamento historiográfico passou a se preocupar não mais tanto com o fato, com a fonte, com o tempo, mas também com o simbólico, o sentido e o pensado e todas as relações que influenciam a visão do homem na sociedade. Produzindo, assim, estudos inovadores e novas áreas de pesquisa, como a história oral, a história do tempo presente, a história pública e a história intelectual.

De forma mais intensificada, a partir da década de 1970, a historiografia começa a perder segurança nos paradigmas que, durante muito tempo, sustentaram o fazer historiográfico (marxismo, estruturalismo, funcionalismo e escola dos Annales), principalmente devido às grandes mudanças sociais, políticas e econômicas que se estabeleceram em nível mundial no sistema capitalista e ao chamado pós-modernismo, que tinha como pressupostos básicos a afirmação da crise e morte da modernidade, esfacelando o pensamento iluminista que era a base para as grandes teorias filosóficas sobre a história, no sentido de que esta teria uma evolução lógica, linear, progressiva que se chegaria a um determinado fim.

Nessa época, a história passou de uma tradição racionalista que acreditava num tempo teleológico, num sujeito cartesiano e em fontes que diziam realmente como o passado aconteceu, para uma outra [ir]racionalidade, que não concebia o homem apenas em seu estado de natureza, mas como cultura e que concernia a centralidade da história à linguagem e sua capacidade de mediação do contato do homem com o mundo. Nesse momento, chamado de crise da historiografia tradicional ou giro linguístico, acontece a quebra dos paradigmas totalizantes da história científica para se pensar novas formas do fazer historiográfico, levando em consideração não mais o todo, mas o particular, não mais o fato, mais as relações sociais do dia a dia, não mais a estrutura, mas o que explica o homem – a Cultura.

Falando sobre o ressurgimento da narrativa dentro da escrita da história em oposição a uma história estrutural, Stone (1991, p. 15) coloca que esta estava mais interessada “em sociedades, e não em indivíduos, e confiava que se poderia chegar a uma ‘história científica’ que, com o tempo, criaria leis generalizadas para explicar a transformação histórica”, portanto, a narrativa surge à medida que “um número cada vez maior dos ‘novos historiadores’ vem tentando agora descobrir o que se passava na cabeça das pessoas no

passado e como era viver naqueles tempos, questões estas que reconduzem inevitavelmente o uso da narrativa”. Não que a narrativa, entendida como o contar história, tenha deixado de existir dentro do saber historiográfico, porém passou-se de analisar as situações conjunturais e os grandes feitos dos grandes homens para contar as experiências dos indivíduos comuns, como pensavam, como agiam, como comiam, como se comportavam, como se relacionavam, ou seja, “o estudo não das circunstâncias, mas do homem nas circunstâncias” (TREVOR-ROPER apud STONE, 1991, p. 25 e 34).

Chartier (1994, p. 103), por sua vez, colabora com esse debate, afirmando que a história pertence ao gênero da narrativa, “entendido no sentido aristotélico da ‘articulação em um enredo de ações representadas’”. Nesse contexto, diz que a história nunca deixou de ser narrativa, apenas deixou de usar as grandes narrativas estruturais e passou a privilegiar outros modos de narrativas menos clássicas que falam de comunidades, de parentelas, de famílias e de indivíduos.

Nesse contexto, surge a História Intelectual. Apresenta-se como um campo de estudo indeterminado, que é confundido com a história das ideias, a história cultural e a história dos intelectuais, pois, em diferentes países, o termo cunhado de história intelectual recebe diferentes tratamentos. Em geral, atribui-se a história intelectual um status de área de fronteira que estabelece ligação com a história política, a história cultural, a história das ideias e a história social das ideias, não constituindo uma abordagem teórica, não constituindo uma metodologia particular, nem conceitos obrigatórios, mas uma abordagem temática, que trabalha com o intelectual, a obra e o contexto de forma interligada:

[...] a História Intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção de ideias, o dos agentes socioprofissionais e das correntes de pensamento. Situada, portanto, na interseção de diferentes disciplinas (História, Sociologia, Filosofia etc.) ela parece visar dos pólos de análise: de um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (o “campo”, na versão de Pierre Bourdieu), isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus habitus; e de outro lado, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e agir de uma comunidade intelectual. Em outras palavras, a História Intelectual, [...] teria como pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra. (SILVA, 2003, p. 16).

Ou seja, além da análise interna e externa da obra, a história intelectual deve levar em consideração fatores que influenciam nas interpretações e representações dessa obra. Nessa perspectiva, a definição mais aceita acerca da definição de História Intelectual foi dada por Schorske (apud SILVA, 2003), definindo um objeto da área e o método. Para ele, a história intelectual estuda um objeto intelectual (que seria uma obra, um artefato), pensado e produzido por um intelectual, ou seja, produto das ideias e do trabalho desse(s) intelectual(is),

analisando a produção anterior acerca desse objeto (visão diacrônica) e a relação deste com o seu tempo de produção (visão sincrônica), ou seja, o contexto ou campo e a tradição (geração/paradigma intelectual) (CHARTIER, 2002; SILVA, 2003).

Para Sirinelli (2010), ressaltando a atuação política dos intelectuais, a história política dos intelectuais é uma História com h maiúsculo, uma atividade de pesquisa com status científico reconhecido, uma vez que Rémond (apud SIRINELLI, 2010, p. 231 e 323) acentuava que “o comportamento político dos intelectuais mereceria por si só um estudo”, posicionando a história intelectual como um campo estabelecido: “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias políticas, social e cultural”.

A partir desses pressupostos teóricos, partimos para estudar o intelectual maranhense Antônio Lobo, tendo como objetivo principal analisar a construção do discurso científico e de vulgarização científica na obra de Antônio Lobo, seguindo o percurso de contextualização de sua vida e obra; identificação das teorias científicas usadas para embasar sua obra, confrontando teorias e interpretações teóricas, orientações filosóficas e políticas presentes nessa produção do intelectual e compreender o processo de vulgarização científica empreendida pelo intelectual.

Grande parte dos relatos sobre Antônio Lobo na historiografia maranhense o colocam como líder do movimento cultural promovido pelos novos atenienses, descrevendo-o como uma inteligência rara, um grande talento para diversas áreas que têm a palavra como matéria-prima. Entre os estudiosos do tema, o tom elogioso, o respeito, o saudosismo, a homenagem; entre os leigos em geral, o desconhecimento. No entanto, diante desse homem de tantas facetas – professor, polígrafo, jornalista, tradutor, literato, polemista –, quem, de fato, foi Antônio Francisco Leal Lobo? O que ele defendia? Que tipo de intelectual ele foi? O que via e qual a sua opinião sobre a sociedade em que vivia? A sua trajetória intelectual e principalmente os seus escritos talvez possam nos ajudar a pensar esse homem tão falado, mas pouco conhecido.

Destacado entre seus pares, mas quase desconhecido dentro da história da literatura maranhense. Isso se deve, principalmente, a época em que Lobo viveu, ou melhor, ao discurso construído sobre a época em que ele viveu, que tomado como “verdade” pintou o final do século XIX e início do século XX como “Idade das Trevas” da literatura maranhense, e chamou os intelectuais de sua época de menores, decadentes, vivendo numa “triste e caliginosa noite”, como o próprio Lobo, em *Os novos atenienses* descreveu a sua

contemporaneidade, não permitindo analisar sua produção a partir de seu próprio contexto, mas comparando-a com momentos anteriores. Micelli (2000, p. 16-17) tratando sobre o período do pré-modernismo analisa a conjuntura igualmente adversa construída acerca desse período que muito se assemelha à época vivida pelos chamados novos atenienses no Maranhão:

Expurgar esse momento de expansão da atividade intelectual no Brasil, relegar os produtores da época, tachando-os de ‘subliteratos’, tratar suas obras segundo critérios elaborados em estados posteriores do campo, em suma, transformá-los numa espécie de lixo ideológico, como fazem certas correntes que não obstante não têm mais quase nada em comum, é o mesmo que desconhecer as condições sócio-históricas em meio às quais se constituiu o campo intelectual sob cuja vigência estamos vivendo. E o mais lamentável é o fato de que muitos desconhecem esses letrados e invocam autores de outras eras cujas obras manifestariam rupturas que só existem na cabeça e nos interesses, esses bem determinados, de grupos que agora se enfrentam pela mobilização da autoridade de legislar em matéria estética, acobertados por adesões meramente simbólicas a valores e programas políticos que nenhuma de suas práticas culturais ou políticas poderiam confirmar.

Muitos estudos tem se prendido a estudar Antônio Lobo em seus aspectos eminentemente literários, como homens de letras, fundador da Academia Maranhense de Letras, mas convém pensar Antônio Lobo, como um intelectual, que vai além do beletrístico. Cotidianamente por meio de sua escrita jornalística foi o grande responsável por difundir na província de São Luís, as grandes descobertas científicas que ocorriam na Europa, dentro das Ciências Naturais, como a Química, a Física e a Biologia, e usar tais conhecimentos em suas obras literárias e científicas.

Convém lembrar que, no Liceu Maranhense, era chamado para substituir os titulares de várias cadeiras, até que, em 1910, prestou concurso público, no qual foi aprovado, não para a cadeira de Literatura, mas para ministrar a cadeira de Lógica. E que desde 1898, tornara-se diretor da Biblioteca Pública, tendo feito estudos para implantar, na organização dessa instituição, equipamentos e conhecimentos de Biblioteconomia. Lobo realizou, nesse período, uma grande pesquisa sobre a organização de bibliotecas em outros países, em que se pode ver nos relatórios sobre a sua gestão: *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. Gualberto Torreão da Costa* (1899, 1901) e a *Biblioteca do Maranhão em 1900*.

Ressalta-se ainda que Lobo escreveu *Positivismo e micróbios* (1908) e *A doutrina transformista e a variação microbiana* (1909), que tratam-se de obras de vulgarização científica acerca da temática da evolução da espécie na perspectiva de Pasteur, Lamarck e Darwin. As inovações e descobertas da ciência eram um de seus temas favoritos, sempre refletindo criticamente sobre a inacessibilidade aos novos bens científicos por parte de determinados setores da sociedade.

Nessa perspectiva compreender a obra de Antônio Lobo a partir de seu enfoque científico e entender seu discurso como de divulgação científica torna-se um relevante objeto de estudo a fim de identificar, além da ação do intelectual em si, a relação que se estabelecia na época com o conhecimento científico, como era disseminado e o uso da ciência pelo indivíduo como uma estratégia de consagração a fim de aumentar o seu capital simbólico.

Trata-se de uma pesquisa histórica de cunho bibliográfico, em que são usadas basicamente dois tipos de fonte: as obras publicadas de Antônio Lobo e os textos publicados em periódicos da época como *Diário do Maranhão* e *Revista do Norte*.

Para efeito didático, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro visa percorrer a trajetória de Antônio Lobo, concebendo-o como um intelectual de seu tempo, ancorando-se nos aportes teóricos de Foucault (1996, 2011), Bourdieu (2007, 2010) e Sirinelli (2010). Situá-lo na história da literatura maranhense, o seu lugar social, sua rede de sociabilidades, suas contribuições, sua atuação e a construção de si como intelectual neo-ateniense, no intuito de responder a pergunta: quem é Antônio Lobo na intelectualidade maranhense? O segundo processará a análise das obras de Antônio Lobo, tentando pensar as teorias científicas que embasam sua escrita, passando pelos diferentes gêneros textuais escritos pelo autor, ao longo de sua trajetória intelectual, apresentando teorias e interpretações teóricas, orientações filosóficas e políticas presentes nessa produção intelectual, influências, intencionalidade e imagens criadas por esta e a sua intertextualidade, ou seja, as relações que a escrita dele estabelece com as teorias do século XIX e XX – sua conexão com o mundo da ciência. No terceiro capítulo, passar-se-á a análise dos artigos publicados nos periódicos nos quais Lobo trabalhou, tentando demonstrar a sua preocupação com a vulgarização científica e a sua maneira de fazê-la, assim como da obra de vulgarização científica do autor, denominada *A doutrina transformista e a variação microbiana*.

Aproveito para explicar que as citações dos textos do século XIX foram transpostas para a ortografia atual, no intuito de facilitar a leitura, com exceção dos nomes das obras.

Vamos a Lobo!

2 O INTELLECTUAL ANTÔNIO LOBO

Intelectual, categoria a ser definida historicamente, uma vez que a cada momento histórico é concebida de maneira peculiar: na Atenas dos séculos V e IV, por exemplo, os intelectuais são chamados de sábios; na Europa ocidental do século XVIII, homens de letras; na América, do século XVIII – XIX, letrado, os administradores da cidade; mais recentemente, o especialista validado por uma instituição legitimadora, enfim, há diferentes denominações e visões diacrônica e sincronicamente (RAMA, 1985; SIRINELLI, 2010).

Durante muito tempo, os intelectuais constituíram um grupo de contornos vagos, pouco significativo em termos de tamanho, não sendo muito cotados como objeto da história, ao contrário do que acontece na atualidade, que a história intelectual se tornou um campo histórico autônomo situado no cruzamento entre a história política, social e cultural. Tal fato deveu-se a renovação do campo da história como um todo, assim como o crescimento desse grupo, na medida em que ser intelectual não estava restrito somente as elites, e este grupo perdeu o status de gênio, de homem incomum, de iluminado, quando se tem a morte do intelectual demiurgo. Apesar dessa concepção ser polissêmica e a condição social do intelectual ser polimorfa, conforme Sirinelli (2010), pode-se resumir o que é ser intelectual em duas acepções: uma ampla e sociocultural, vendo-os como produtores e mediadores, e outra mais restrita baseada na sua atuação pública e política na condição de especialista, ligada à noção de engajamento, atuando de forma específica no social. Porém, ambas as acepções não se excluem, pelo contrário, se completam mutuamente, pois à medida que ele produz conhecimento ou o media ao público, de certa forma, ele atua sobre a sociedade. Durante muito tempo, esse engajamento nas lutas políticas foi colocado como característica essencial de um intelectual.

De acordo com Bourdieu (2007), relacionando a noção de intelectual aos conceitos de campo e habitus, coloca que a constituição do intelectual se dá quando este intervém no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de seu campo de produção cultural. Enfim, pensa-se que os intelectuais ainda são os responsáveis pela formação do conhecimento, capazes de organizar e/ou manipular os sistemas simbólicos ou o universo dos signos, intervindo, de certo modo, na sociedade, sendo, contudo, homens que pensam a partir de um lugar historicamente dado.

Lobo, considerado o principal intelectual de seu tempo, “figura de maior expressão do movimento de ressurreição cultural, promovido pelos novos atenienses” (MARTINS, 2006, p. 153), abrigava em si todas essas facetas, de incentivador da mocidade a

crítico do governo de Herculano Parga, de escritor de romance a Diretor da Biblioteca Pública, atuou em todos os campos artísticos, científicos e políticos maranhenses, marcando o pensamento da época e o que se formulou sobre ela.

Antônio Francisco Leal **Lobo** nasceu em São Luís, a 4 de julho de 1870, e morreu, na mesma cidade, a 24 de junho de 1916. Na verdade, do Maranhão, Lobo fez palco de sua carreira curta, mas intensa como um homem pleno de conhecimento. Conhecimento esse não adquirido em nenhuma faculdade, já que aqui ainda não existia escola de nível superior, mas conseguindo pelo seu próprio esforço e pelo seu autodidatismo. Seu pai era Policarpo José da Costa Lobo, um comerciante, que faleceu quando Lobo tinha 12 anos, e sua mãe era Maria Francisca Leal Lobo.

Aos 8 anos, iniciou seus estudos no Colégio São Paulo, em São Luís, mais tarde, fez no Liceu Maranhense o Curso de Humanidades, o qual não teria terminado, no entanto que não o impediu de se tornar um sacerdote da educação, pois exercera o magistério grande parte da sua vida, sendo mestre e incentivador da juventude de sua época. Exerceu diversas profissões, sendo considerado um polígrafo, entre elas, jornalista, professor, tradutor, orador, de tudo relacionado às Letras e à cultura. Desempenhou importantes cargos na vida pública, entre eles: Oficial da Secretaria do Governo Estadual, Inspetor Geral da Instrução, Catedrático de Lógica do Liceu Maranhense e diretor deste. Casou-se com Lucrécia Isaura da Cunha Lobo e teve uma filha chamada Maria Luísa Lobo (MORAES, 1969; GASPAS, 2009).

Foi nomeado para o cargo de Diretor da Biblioteca Pública no ano de 1898, onde realizou uma grande pesquisa sobre a organização de bibliotecas, implantando as inovações de que tomou conhecimento para estruturar e organizar, por métodos da Biblioteconomia, a instituição.

No magistério, iniciou lecionando no curso primário. Passou a trabalhar na Escola Normal, em 1900, ministrando aulas de História Universal, História do Maranhão, Instrução Cívica, Literatura e Língua Portuguesa. Atuou também em várias escolas de São Luís, como o Seminário Nossa Senhora das Mercês e, depois no Liceu Maranhense. Neste começou como professor substituto, até que em 1910, passou a ministrar a cadeira de Lógica aprovado em concurso público, e, mais tarde, foi nomeado pelo Governador Luís Domingues como diretor dessa instituição e também como Inspetor da Instrução Pública.

Colaborou com quase todos os órgãos da Imprensa de São Luís e fundou e dirigiu a *Revista do Norte* e o jornal *A tarde*. De acordo com Moraes (1969), sua obra como jornalista possui duas fases distintas: a literária (de 1888 a 1913) e a política (de 1914 a 1916).

Literariamente, produziu muitos escritos para jornais, fez crítica literária, falou de temas gerais, produziu relatórios sobre a biblioteca, conferências, discursos. De fato, a sua produção em prosa extrapola a poesia e os poucos versos que esboçava sempre em periódicos, nunca foram reunidos em livros, como se pode ver nesse poema publicado em *O Ateniense*, na seção Parnaso:

A Alguém

Se lesse nos meus olhos algum dia
O mistério fatal do meu segredo
- Este profundo amor que me crucia
E que eu quero contar-te e tenho medo;

Se soubesse como é dilacerante
Esta paixão fremente e alucinada
Que traz minh'alma à tua acorrentada,
Que me impele para ti a todo instante;

Ah! Talvez o ideal que no delírio
Das minhas longas noites de martírio
Eu sonhei tresloucado, enfebrecido –

Eu visse realizado na doçura,
No mágico poema de ventura
Do meu profundo amor correspondido. (LOBO, 1917, p. 3).

Sarney (apud MORAES, 1969, p. 4) acentua essas duas fases da carreira de Lobo da seguinte maneira:

O literato e o político, o panfletário e sereno analista das artes, a gangorra entre a Oficina dos Novos e as Arcádias, a tradição e a renovação. Foi nessa multiplicidade de solicitações, nessa diversidade de ação, que ele se realizou e cresceu no cenário de nossas letras, espírito voltado para a cultura e a indagação, a pesquisa e a criação. Só na dimensão de sua inquietude intelectual é que podemos compreendê-lo.

A sua obra é composta de *Henriqueta*, romance traduzido de François Coppée (1893); *Debalde*, romance traduzido de H. Sienkiewicz (1902); *A carteira de um neurastênico*, romance considerado o seu autoperfil, que antes de ser publicado em 1903, apareceu em folhetins d'A revista do norte, sob o pseudônimo de Jayme de Avelar; *Os novos atenienses*, crítica histórico-literária sobre a literatura que, nesse período, era produzida, serve de marco teórico para quem se lança em estudos sobre a história literária do Maranhão (1909); *Pela rama*, crônicas (1912); *A política maranhense*, artigos de crítica política publicados postumamente (1916); *Positivismo e micróbios* (1908), série de artigos científicos; *A doutrina transformista e a variação microbiana* (1909), obra de vulgarização científica; relatórios quando da sua gestão da biblioteca pública com os textos *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão, Dr. Gualberto Torreão da Costa* (1899) e a *Biblioteca do Maranhão em 1900*. Deixou algumas obras inéditas.

Além desses cargos públicos, Lobo também foi oficial da Secretaria do Governo Estadual, oficial de gabinete dos governos Casimiro Júnior, Belfort Vieira e Cunha Martins. E, no governo de Herculano Parga, manteve seu cargo de diretor do Liceu Maranhense, do qual mais tarde se afastou. Foi principal fundador da Academia Maranhense de Letras, onde ocupava a cadeira 14, patrocinada por Nina Rodrigues. Por isso, a sede da Academia é chamada Casa de Antônio Lobo. Porém, antes, Lobo fundou diversas agremiações, com o objetivo de movimentar a vida intelectual e artística de São Luís: formou o Clube Nina Rodrigues, tornando-se presidente honorário em 1908 e que tinha como periódico *A Mocidade*; em 1910, criou o Centro Literário Maranhense, do qual era presidente; foi sócio honorário da Sociedade Literária Barão do Rio Banco, uma das mais duradoras agremiações desse tipo, através da qual eram impressos os jornais *Canhoto* e, depois, *O Ateniense*; foi membro fundador da Sociedade Pedagógica Almir Nina, dentre outras agremiações e periódicos de duração mais efêmera (MORAES, 1969; GASPAR, 2009).

2.1 As gerações literárias maranhenses e o mito da ateniensidade

Nas diferentes obras da historiografia tradicional, há diferentes classificações geracionais, no entanto é comum dividir a literatura maranhense em três grandes ciclos ou gerações.

O primeiro ciclo nasce em 1832 e se estende até 1868. É inaugurado com a publicação, no Rio de Janeiro, da obra *Hino à tarde*, de Odorico Mendes, e o florescimento do estilo de época romântico, que encontra o seu ápice, com a publicação de *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, em 1846. Aos artistas e intelectuais que alcançaram notoriedade nacionalmente, consagrou-se a denominação de Grupo Maranhense e a consagração desses autores, assim como a criação de um conjunto diversificado de instituições artístico-culturais nessa época em São Luís, foram responsáveis pela atribuição à São Luís, do epíteto de Atenas Brasileira, equiparando-a a cidade do século de Ouro de Péricles da Antiguidade Clássica. Fizeram parte desse grupo: Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Sotero dos Reis; Sousândrade; Gentil Braga; Trajano Galvão; Dias Carneiro; Marques Rodrigues; Joaquim Serra; Franco de Sá; Frederico Corrêa; Henriques Leal; Gomes de Sousa; César Marques; José Corrêa; Lisboa Serra; Cândido Mendes; Nunes Leal; Belarmino Matos, etc. Economicamente, esse período de uma suposta efervescência cultural é fruto de um capital acumulado principalmente devido às atividades da Companhia Geral de Comércio, no final do século XVIII, que possibilitou materialmente o embelezamento da cidade e a possibilidade de

estudos em Portugal de uma elite ligada ao segmento agrário-exportador, possibilitando também um crescimento intelectual, com a criação de teatros, jornais, sociedades, instituições de ensino, bibliotecas, dentre outros. A extinção de *Semanário Maranhense* foi o marco final desse ciclo, iniciando o segundo ciclo.

O segundo, de 1868 até 1894, é chamado de ciclo dos emigrados, uma vez que muitos dos autores que fazem parte desse ciclo não produziram no Maranhão. Fala-se, principalmente, que o motivo dessa fuga dos cérebros se dá devido ao choque que esses intelectuais causaram na sociedade maranhense da época, muito influenciados ideologicamente pelas ideias positivistas, cientificistas e deterministas e uma escrita realista, uma vez que fundamenta-se que a maioria deles advinha da Faculdade de Direito do Recife. Estando assim em confronto direto com a igreja e uma parte da sociedade mais tradicionalista, tendo assim que emigrar, principalmente para o Rio de Janeiro, onde colhiam os frutos da fama literária dos maranhenses, produzida pelos autores da geração anterior. Fazem parte dessa segunda geração os seguintes autores: Teófilo Dias; Raimundo Corrêa; Hugo Leal; Adelino Fontoura; Euclides Faria; Teixeira de Sousa; Teixeira Mendes; Celso Magalhães; Aluísio Azevedo; Arthur Azevedo; Coelho Neto; Graça Aranha; Ribeiro do Amaral; Manuel de Bethencourt, Barbosa de Godóis; Justo Jansen; Almir Nina, Eduardo Ribeiro, Pacífico Bessa, Marcelino Barata, dentre outros. Essa fuga dos cérebros é significada pela historiografia como um período diferente do anterior, e realimentado como decadente, inferior:

[...] não é mais o Maranhão um centro literário como no período anterior. Os literatos maranhenses são sobretudo literatos brasileiros apenas nascidos no Maranhão. Mal ensaiam as letras já se retiram da terra natal e, na sua maioria, vão viver no Rio de Janeiro. Inferior à fase precedente por lhe faltarem individualidades que lhe sejam o que para aquela foram Gonçalves Dias e João Lisboa, o segundo momento conta com maior número de escritores de valor e mais variadas manifestações literárias. (CARVALHO, 1912, p. 9742).

Na escrita de Antonio Lobo, essa emigração, se instalou mais literariamente e com mais pesar, como o vazio:

Começou então para o Maranhão essa tristíssima e caliginosa noite, em que, por tão longo tempo, viveram imersas as suas letras, noite cortada, por vezes, pelo clarão fugidio de algum astro errante, que para logo se ia eclipsar na morte, ou perder-se na distância a que era impelido pelas inelutáveis fatalidades da sua trajetória. (LOBO, 2008, p. 43).

O terceiro ciclo vai de 1894 até 1932 e vai herdar esse sentimento de vazio deixado pela geração dos Emigrados. Tem como marco inicial a publicação de *Frutos Selvagens*, de Inácio Xavier de Carvalho e como objetivo de reviver o passado de glórias literárias do primeiro grupo, autodenominando-se de “Os Novos Atenienses”. Antonio Lobo

em um livro com esse título e com o subtítulo “Subsídios para a História Literária do Maranhão” funda esse grupo, inserindo a ele mesmo e aos seus escolhidos contemporâneos para sempre na intelectualidade maranhense, chamando-os de Operários da Saudade, ou seja, dotados da grande responsabilidade de fazer o Maranhão reviver o passado. Daí a importância desse intelectual para a sua geração e para a historiografia maranhense. Economicamente, esse grupo instala-se em uma época instável, com a queda da economia algodoeira e a desestruturação das fábricas têxteis, fim da escravidão e mudança do sistema político da Monarquia para a República. Literariamente, se confunde com a escola Simbolista e sua visão pessimista, baseada na morte, no findável. Toda essa configuração caracteriza esse terceiro ciclo como decadentista, ao mesmo tempo como o responsável por uma revivência ou renascença intelectual. Fazem parte desse ciclo: Antônio Lobo; Fran Paxeco; Manuel de Bethencourt; Ribeiro do Amaral; Maranhão Sobrinho; Domingos Barbosa; Viriato Corrêa; Vespasiano Ramos; Correia de Araújo; Humberto de Campos; Aluizio Porto; Inácio Xavier de Carvalho; Inácio Raposo; Costa Gomes; Vieira da Silva; Astolfo Marques; Barbosa de Godois; Justo Jansen; Aquiles Lisboa; Domingos Perdigão; Godofredo Viana; Clodoaldo Freitas; Antonio Lopes; Raimundo Lopes; Alfredo de Assis; Luso Torres; Agostinho Reis; Francisco Lisboa Filho, entre outros.

Em seu discurso no livro, Lobo (2008, p. 46) enfatiza não a publicação da obra de Inácio Xavier de Carvalho como marco inicial de sua geração, mas sim a visita de Coelho Neto ao Maranhão, a serviço da Comissão Central dos Festejos Comemorativos do Quarto Centenário da Descoberta em 1899, em cerimônia na Biblioteca Pública, onde era Diretor. Sousândrade (representante da primeira geração maranhense) brindou a Coelho Neto (representante da segunda geração maranhense), num gesto emblemático, que, para ele, representava “o símbolo grandioso de duas gerações literárias que dessem as mãos, por cima dos anos tristes de decadência mental” e serviu como um chamado para que sua geração pudesse restabelecer os foros de Atenas Brasileira. E nesse contexto, o autor se colocou como líder de sua geração, organizando órgãos, eventos, periódicos, publicações, tendo o seu ponto máximo em 1908, quando a Oficina dos Novos transformou-se em Academia Maranhense de Letras, com a participação das seguintes figuras: Antônio Lobo; Clodoaldo Freitas; Fran Paxeco; Godofredo Viana; Ribeiro do Amaral; Barbosa de Godóis; Domingos Barbosa; Inácio Xavier de Carvalho; Astolfo Marques; Alfredo de Assis Castro; Correia de Araújo; e Armando Vieira da Silva.

Cardoso (2013, p. 15) coloca que:

A historiografia da literatura maranhense está pautada basicamente na interpretação feita por quatro autores: Antônio Lobo, Reis Carvalho, Mário Meireles e Jomar Moraes. As visões e os discursos desses intelectuais se cristalizaram como ‘verdades’ e foram assumidos e reproduzidos por outros estudiosos que se lançaram à empreitada de narrar como surgiu e se desenvolveu a literatura no Maranhão, sendo tais autores considerados representantes legítimos da historiografia literária mais reconhecida, no que tange a essa temática.

E problematiza as versões construídas por esses autores acerca da história da literatura maranhense, no que concerne ao conceito de geração, contestando a ideia transmitida pelo termo, de identidade, afinidade ou homogeneidade. Dentro dessa lógica de delimitações de gerações não se impõe apenas um sentido de temporalidade ou herança, mas uma ideia de classificação e juízo de valor. De todo modo, essa delimitação temporal, e porque não dizer puramente didática, não delinea, de fato, o que é essa literatura maranhense, à medida que engessa a sua análise e rotula cada “geração” como uma literatura maior ou menor. Nessa perspectiva, atribui-se a essa primeira geração o status de idade de ouro, tanto econômica como culturalmente, em que se pôde colher os melhores pés de algodão, assim como os melhores frutos literários de terras maranhenses, que se transformou em berço da intelectualidade letrada da época, recebendo ou construindo o título para si de Atenas Brasileira e revelando homens de letras, até hoje vistos como grandes intelectuais em seu tempo, como Gonçalves Dias, João Lisboa e Sotero dos Reis. Dessa primeira geração “genial” e precursora, os prógonos, as outras vão receber uma herança, “a intelectualidade”. Os epígonos integrantes dessa terceira geração, porém, mesmo se dizendo herdeiros diretos da primeira geração, se autodenominando de Novos Atenienses, não conseguiram a consagração, o sucesso das gerações anteriores e se propuseram a serem os responsáveis pela Renascença Literária Maranhense, que se transformou em apenas pessimismo, saudosismo e nostalgia, logo considerados poetas menores. Enfim, se atribui a primeira geração os louros, a festa; e a terceira, o contrário, o fracasso, a decadência, não levando em consideração os contextos históricos diferentes, as aspirações estéticas diferentes, as peculiaridades de cada período, as individualidades de cada literato, as redes que se estabeleciam em tempos diversamente diferentes (MARTINS, 2006). Alicerçados numa explicação que tem como base, conforme Almeida (2008), na “ideologia da decadência”, um paradigma explicativo que concebe sempre o presente como inferior ao passado, por conseguinte, perpetuando o mito da Atenas.

O discurso da ateniensidade reverberou na sociedade maranhense a ponto de criar identidades, uma aproximação com o mundo grego, constituindo os maranhenses como herdeiros diretos dessa intelectualidade de Atenas, revivida pelos literatos da terceira geração. Acerca da construção do mito de Atenas Brasileira, defende-se que a partir de 1823, quando o

Maranhão começou a fazer parte do Brasil, tornou-se necessário que o mantivessem na posição de destaque que possuía e isso foi feito mediante a invenção desse mito. Nessa perspectiva, como os maranhenses estavam mais perto da Europa que do Brasil, ao serem obrigados a participar deste, sentiam a necessidade de se sobressair como maranhenses e a identidade que se construiu destes era a de cultores das letras e da intelectualidade, o que os caracterizava como superiores aos próprios brasileiros.

Por ser o Maranhão uma terra de gente formada em Coimbra e, por isso, integrada a uma elite intelectual, reclamava para si a condição de excelência no fazer cultural, em contraponto aos brasileiros. Assim, a singularidade do Maranhão estava esboçada e reafirmada como a terra que tinha a maior vocação para a cultura, para os debates intelectuais, para as coisas do espírito, sendo a natural produtora de talentos para o Brasil. A imagem do Maranhão oitocentista, como um mundo de luxo, hábitos refinados e erudição baseado em modelos europeus, correspondia, assim como o título de Atenas Brasileira, a uma construção das elites para si mesmas, deixando à parte escravos, índios, livres pobres (BORRALHO, 2010).

2.2 A construção de Lobo como intelectual neo-ateniense

As elites maranhenses, com o objetivo de criar um espaço de legitimação para a incrustação e proliferação de suas ideias, conferiram centralidade à figura do letrado, do intelectual. A presença desses intelectuais das letras em cargos públicos pertencentes às altas esferas burocráticas do Estado permitia-lhes manter o controle do poder numa esfera simbolizada, podendo usar da posição que ocupava para persuadir, devido tanto à sua ação política quanto literária. Nessa linha de raciocínio, devem ser tomados como exemplos Gonçalves Dias, João Lisboa e alguns outros. Era comum esse atrelamento dos intelectuais ao poder político, pois, ao mesmo tempo em que os intelectuais se beneficiavam com o patrocínio político, os políticos os utilizavam para construção de sua própria imagem política. Nesse aspecto, como coloca Foucault (2011), os intelectuais funcionam na produção de “saberes-poderes”, de quem define proposições para o mundo, inventando o que é o mundo. Seguindo essa perspectiva, conforme Rama (1895, p. 48), aos intelectuais cabia ‘o “exercício das linhagens simbólicas da cultura”, pois “não somente servem a um poder, como também são donos de um poder.”

De acordo com Borralho (2010), o mito da ateniensidade é monumentalizado, por meio da obra chamada o *Pantheon Maranhense*, onde Henriques Leal constrói biografias

acerca dos intelectuais de seu tempo, inclusive de si próprio. Borralho elucida que todos os biografados do *Pantheon* fazem parte da mesma elite econômica e política e que o mito da Atenas Brasileira foi uma “invenção” das elites que elegeram os notáveis para fazer parte desse grupo que foi significado como atenienses, ou seja, um conjunto de intelectuais que se autoelogiavam e que manipulavam os mecanismos de prestígio com vistas à consagração. Borralho descobriu a Atenas Brasileira, afirmando que São Luís nunca fora um lugar propício ao desenvolvimento da intelectualidade e que era uma pequena parte da sociedade, uma elite de origem agroexportadora, que gozava de certos privilégios e que tinha acesso a jornais, revistas, teatros, dentre outros veículos em meio a uma imensa maioria de gente muito pobre e iletrada.

O Pantheon Maranhense está para o Grupo Maranhense assim como *Os novos atenienses* está para os Novos Atenienses, assim como os seus respectivos autores: um elemento forte de autopromoção e construção do cânone literário maranhense. O discurso da ateniensidade vai aos poucos sendo ressignificado pelo discurso da decadência como uma estratégia de consagração, no entanto o não alcance da fama dos que eram considerados paradigmas resultou em uma decadência na valoração de suas obras, sendo considerados poetas menores.

No campo intelectual maranhense, a criação de revistas também serviu com lugar de socialização e permitiu tornar conhecida a figura de vários intelectuais dessa contemporaneidade. Criaram, em 1900, a *Oficina dos Novos*, que se tornou o órgão de divulgação dessa juventude. Lobo, Fran Paxeco e outros intelectuais da época – Nascimento Moraes, Francisco Serra, Agostinho Assunção, Léslie Tavares, João Quadros, Otávio Galvão, Astolfo Marques e outros –, sob o patronato de Gonçalves Dias, tinham como objetivo a realização de atividades culturais diversas, sendo que a agremiação possuía um periódico, *Os Novos*. Um grupo dissidente da Oficina fundou a *Renascença Literária*, que também tinha um periódico, denominado *A Renascença*. Esse grupo era formado por Nascimento Moraes, ex-presidente da Oficina dos Novos, e Otávio Galvão, secretário, que se juntaram a Rodrigues Assunção, Léslie Tavares, Leôncio Rodrigues, Brandão Sousa, Inácio Xavier de Carvalho, George Gromwell, Raimundo Morais e Nozor Galvão, passaram a rivalizar com alguns integrantes do primeiro grupo por meio de polêmicas nos diversos jornais pelos quais passaram.

Não só razão e conhecimento pairam no mundo dos intelectuais em ação, atração, amizade, hostilidade, brigas, paixões e ódios permeiam e desempenham funções importantes nesse mundo. O termo sociabilidades possui duas acepções: no sentido de “redes”, ou seja,

das ligações que se estabelecem seja de afinidades, seja de estudos, seja de amizades entre os intelectuais, que são homens, por isso, dotados de relações sociais, que estabelecem de diferentes formas em épocas diferentes; e no sentido de microclima, caracterizando esse grupo ou grupos como um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2010).

Dentro dos diversos campos intelectuais, existem leis que regem esses campos no que concerne a produção, relação objetiva de produção, classificações, estratégias de consagração, instâncias de consagração, que possibilitam participar e se movimentar dentro desse campo. A incorporação dessas regras, chamada por Bourdieu (2007), de *habitus* ou sentido do jogo, é a predisposição de informações que permitem participar desse jogo. Nessa perspectiva, no campo intelectual não são apenas as habilidades da área que são valorizadas (capital cultural), mas também o conjunto das relações que possibilitam prestígio (capital social), o conjunto material (capital econômico) e a imagem construída pelo agente no espaço social (capital simbólico). Assim, as redes que se estabelecem também são responsáveis pela consagração ou não, no que se refere ao sucesso comercial ou no que se refere a aceitação apenas entre seus pares. No campo literário, por exemplo, como coloca Bourdieu (2010), no século XIX, a hierarquia entre os gêneros (e, por conseguinte, seus autores) por seus pares era o inverso conforme o sucesso comercial.

Sirinelli (2010) coloca as revistas em geral como espaço propício para o desenvolvimento dessas estruturas de sociabilidades, conferindo estrutura ao campo intelectual, seja por meio de forças de adesão (amizades, fidelidades e influências), seja por meio de forças de exclusão (posições tomadas, debates, cisões). Assim como se tornam um meio valioso para análise do movimento das ideias.

A Revista *Clima*, por exemplo, lançada em 1941, criada pelo Grupo *Clima*, em São Paulo, responsável por uma crítica engajada a política de sua época, serviu como instrumento de difusão de jovens intelectuais que despontaram como grandes nomes da intelectualidade brasileira, como: Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Antonio Cândido, Ruy Coelho, Gilda de Mello e Souza e Lourival Gomes Machado. Enfim, mais do que a erudição e a contribuição desses intelectuais ao conhecimento, as redes que estabelecem entre si e com outros campos permitem ter maior ou menor facilidade de movimentação no meio (PONTES, 1998).

Coforme Micelli (2000), no início do século XX, o jornalismo torna-se um ofício compatível com o status de escritor, convertendo os jornais em grandes empresas industriais em que a sobrevivência dependia de estratégias comerciais inovadoras. Nessa época, ligados à posições políticas e grupos oligárquicos, configurou-se um novo grupo de intelectuais

profissional, assalariado, que vivia dos rendimentos de sua produção nos diversos setores (polígrafos). A expansão da imprensa modifica assim a relação que os escritores mantêm com suas obras, tirando-lhes o monopólio sobre a sua produção e incorporando-os aos empreendimentos intelectuais coletivos - como jornais, revistas, periódicos em geral - que se tornam as únicas instâncias de êxito e consagração.

A polêmica servia em muitos a esses intelectuais, pois era por meio delas que eles se tornavam conhecidos e poderiam desqualificar o outro, além de difundir seus pontos de vista e influenciar outros intelectuais e os leitores. Manuel de Betencourt, Inácio Xavier de Carvalho, Manuel Jansen Ferreira, Alcides Pereira, Barbosa de Godóis, Fran Paxeco, Alfredo Teixeira, Herculano Parga, Nascimento Moraes são alguns nomes de personalidades com quem Lobo rivalizara publicamente por meio dos jornais ao longo de sua vida.

O discurso de decadência era muito difundido nas obras de Antônio Lobo, mas não era unanimidade para os intelectuais desse período. Nascimento Moraes, por exemplo contesta a existência de um marasmo intelectual. Entre os intelectuais dessa época não havia homogeneidade ou consenso em suas ideias, ao passo que viviam digladiando por meio de intensas polêmicas nos jornais da época, dentre essas vozes mais altissonantes estava Lobo. Cardoso (2013, p. 166) elucida que

[...]a denominação desse período de ‘ciclo decadentista’ não se refere ao estilo ou à estética literária, mas a um discurso construído por alguns desses intelectuais, principalmente Antonio Lobo, sobre um período de suposta decadência intelectual. Tal discurso serviu para inseri-lo na história da literatura maranhense, pois, na medida em que assegurava que o Maranhão vivia uma época de marasmo literário, Lobo se colocava sub-repticiamente como um elemento de ruptura com a decadência, capaz de fazer reviver uma época áurea, de grande renascimento cultural, próxima dos intelectuais do grupo maranhense. Enfim, afirmar que seu livro era subsídio para a história literária do Maranhão, automaticamente o inseria como parte dessa história.

As próprias polêmicas configuram a favor de uma única intensão: aparecer, estar em evidência desmoralizando o outro, ou seja, colocando-se como superior e assim galgando espaços de legitimação e poder. Em meio a um ambiente intelectual fraco, estabelecer essas relações eram estratégias importantes para prender o público e adquirir notoriedade. Em certos momentos, a razão era esquecida e, no lugar dela, instalavam-se questões pessoais, assim como as relações entre os intelectuais não tinham contornos definidos, estando em certos momentos no mesmo lado e outras vezes rivalizando em lados opostos.

É um exemplo claro do uso das questões pessoais para ridicularizar o outro A seção *Pintando o 7* do dia 4 de janeiro de 1908 do jornal *O Maranhão*. O soneto *Despachado p'ra consumo* usa passagens de *A carteira de um neurastênico* para chamar Lobo de louco (ALIPINHO JÚNIOR, 1908). Era sabido de todos que Lobo sofria de uma doença chamada

de psicastenia e que, algumas vezes, foi para fora do Brasil tratar-se da doença. O poema a seguir ironiza essa característica de Lobo:

Pegou um dia o Lobo na caneta,
E, nada tendo que dizer à gente,
Escreveu esta frase de chupeta:
'Eu me desprendo aos poucos do presente'

Como castigo dessa asneira preta,
Produto de seu cérebro doente,
Merece o pobre Lobo, incontinente,
Que uma dúzia de bolos se lhe meta!

Coitado do rapaz! Sofre da bola!
Eu conheço meninos numa escola
Que das frases do Lobo fazem pândega...

Preso a um 'chapéu de palha' já sem copa
Vou embarcar o Lobo para a Europa,
Livre de impostos, sem passar na Alfândega. (ALIPINHO JÚNIOR, 1908, p. 1).

Da mesma forma, Lobo (pseudônimo Galliza) descamba para o racismo ao se reportar a Nascimento Moraes na edição da Pacotilha em 30 de julho de 1910:

O negro é sempre isto: ou tem talento
Ou não tem raciocínio e é peru;
Ou Patrocínio é, ou é jumento;
Ou Luiz Gama, ou tu.

Sorte amiga e fiel não, não te arrima,
Não pode o dois-de-paus chegar ao ás
Tu quiseste galgar, marchar pr'a cima
E cresceste pr'a trás.

Contraria para ti a sorte avara,
Contraria e justa é, não há negá-lo:
Tu tens o progredir, meu Guanabara,
Do rabo do cavalo.

Dest'arte cada vez mais encolhido,
Tal qual na frigideira o bom torresmo,
Tu hás em breve de ficar sumido
E é dentro de ti mesmo.

Um caso nunca ouvi eu tão bonito
Nas histórias que ouvi de minha avó...
Vê só tu que fenômeno esquisito
Dois jumentos num só.

E os dois a escoucear, oh! que regalo
Para a gente que gosta dessas brigas!...
E em redor de ti só feito dois galos,
O aplauso das formigas...

Da Guanabara o fluxo e o refluxo
A ver p'ra trás crescer, alegre e rindo,
Fico logo atacado de defluxo,
Pois vou me advertindo.

Pois tu me xingar no teu Corsário,

Sobre mim derribar uns mil sonetos,
Desfiar todo dia um bom rosário
De teus fluxos... pretos.

Tudo isso fazer tu podes, tudo,
Mas ouve cá, escuta-me primeiro:
Não impingias de novo o tal canudo,
O monólogo imenso do tinteiro!...

A prevenção, porém, fazer-te quero agora
E com ela bem sei que te desbanco:
Si o publicares, meto-te a espora
E o relho cru, até ficares branco. (GALLIZA, 1910, p. 2).

Antônio Lobo e Nascimento Moraes rivalizaram anos por meio dos jornais da época e mobilizaram um conjunto de intelectuais ao seu redor. Suas questões giravam em torno de diversos assuntos, no que tange a Literatura até ofensas pessoais, de racismo a exposição de doenças do adversário, da argumentação fundamentada à tirinhas e quadrinhas ridículas, usavam o vocabulário violento no sentido de garantir vitórias nos debates. Moraes (1910a, p. 1) contesta o livro *Os novos Atenienses* da seguinte forma:

Quando chegou à pág. 126 mencionou como prosadores maranhenses o professor José Ribeiro do Amaral, dr. Justo Jansen Ferreira, dr. Batista Barbosa de Godóis, que sendo maiores de 40 anos, deviam ter ficado nas trevas da tal ‘noite caliginosa!!!’

É Lobo a desmentir Lobo! O muito mentir só poderia acabar assim!
O desejo que ele nutre em vão, de erguer-se como restaurador do nosso meio literário, não mede obstáculos, nem conhece peias! Lobo não pensa noutra cousa; vive para isso, pensa constantemente nisso, e para o conseguir sacrifica a verdade dos fatos, inventa, mente, e a cada passo se contraria.

Colocando na edição seguinte em xeque a contribuição de Lobo para o renascimento literário maranhense:

Lobo quer dar a entender que o renascimento literário do Maranhão se lhe deve porque foi ele quem promoveu festas ao nosso glorioso patricio Coelho Neto e quem aguentou o ‘mano’ [...]

Foi para demonstrar que a ele e o ‘mano’ o Maranhão deve o seu reerguimento literário. Lobo está convencido de que o Maranhão se reergueu! Que ele inventou aquela ‘noite caliginosa’ em cujas sombras deixou uma geração inteira! E isto – para subsídio da história do Maranhão!

Já é ter muita vontade de entrar de botas na posteridade. (MORAES, 1910b, p. 1).

É importante lembrar que tanto Lobo quanto Nascimento Moraes estiveram aparentemente integrados como fazendo parte de um mesmo grupo. Ambos foram fundadores da Oficina dos Novos, no entanto uma disputa de poder os fizeram lutar em campos opostos, ou seja, suas discussões não eram somente literárias, mas também encerravam posições políticas. Os intelectuais da época foram usados fortemente para fortalecer os Governos, tanto de Herculano Parga quanto de Luís Domingues.

Ambos mobilizaram uma série de intelectuais com eles, que iam delineando ao longo do tempo grupos instáveis. Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho, George

Gromwell, Inácio Raposo, entre outros, parecem estar inseridos em um grupo formado a partir do jornal *O Maranhão*, rival de outro, denominado de Sistema, do qual participavam Antônio Lobo, Correia de Araújo, Fran Paxeco, Alfredo de Assis, Luís Viana, Domingos Barbosa e outros. No entanto, convém salientar que durante sua vida, Lobo foi se afastando dos seus próprios amigos, o professor Manuel de Bethencourt, depois Inácio Xavier de Carvalho e Nascimento Moraes e até os mais íntimos como o Fran Paxeco. Lobo, nos seus últimos dias de vida, esteve só, parece que só permaneceu com ele foi o Mingo, seu amigo Domingos Barbosa.

Ventura (1991) afirma que as polêmicas se tornaram muito comuns a partir do século XIX, e que elas podiam durar anos, com números infindáveis de réplicas e adverte que, muitas vezes, das ameaças e xingamentos, os adversários passavam a processos judiciais e até ao recurso extremo do suicídio em defesa da honra ultrajada. Assim aconteceu com Lobo, o seu desentendimento com o Governador Herculano Parga extrapola o âmbito administrativo, chegando aos jornais da cidade. Lobo perde seu cargo de Diretor do Liceu, tem seus vencimentos cortados e é perseguido pelo governo de Herculano. Para se defender tem o jornal *A tarde*, de onde por meio da palavra denuncia e rivaliza com o governo até ter sua voz silenciada com a compra do jornal pelos governistas. Diante disso, Lobo suicida-se com uma corrente amarrada ao seu pescoço em 24 de junho de 1916, aos 46 anos de vida.

Assim era o intelectual Antônio Lobo, um ser surpreendente, cético, louco, habilidoso com as palavras, fossem escritas ou faladas, com uma vida inteira voltada à erudição conseguida pelo autodidatismo. Ocupou vários cargos públicos, era usado pelos governos para se fortalecerem e se fortalecia como homem público por meio deles. Acreditava no progresso, na ciência e na educação como fundamentais para que se atingisse um patamar civilizatório e mencionava espíritos superiores e gênios, pessoas com grande erudição e capazes de mudar a realidade. Assim via a si próprio, construiu discursivamente uma geração e sonhava em si tornar o grande intelectual daquela geração e ter o seu nome lembrado pela posteridade.

3 DISCUSSÕES TEÓRICO-CIENTÍFICAS DE LOBO

Conforme Sirinelli (2010, p. 245), quem trabalha com a história dos intelectuais esta passível da “síndrome do mineiro”, “soterrado” pela abundância de material a ser tratado diante de um grupo que tem sempre a pena em alerta. Por isso, a história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela exegese de textos particularmente impressos, “primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo”.

Os intelectuais contribuem para construir a imagem que se tem do mundo, uma vez que influenciam diretamente na vida cotidiana por meio de seus textos, discursos. Corroborando a proposição, Foucault (1996) percebe o texto como um artefato que revela a disputa social. Para ele, as formações discursivas são a consciência/forma que nos permite enxergar o mundo, ou seja, são um saber-poder. Para ele, entre o mundo a conhecer e o conhecimento que se tem dele não há uma relação direta, mas trata-se de uma invenção construída por relações de poder mediante práticas discursivas que definem o mundo e dizem o que é o mundo.

Orlandi (1996, p. 12 e 54) analisando o discurso, coloca que este é uma das instâncias concretas da relação entre linguagem, pensamento e mundo, uma vez que a relação do homem com o mundo não se dá de forma direta. Desenvolvendo seu pensamento, coloca que o texto é um objeto lingüístico-histórico, pois se trata de discurso, ou seja, “não é um objeto lingüístico, mas um objeto sócio-histórico onde o lingüístico intervém como pressuposto”, por isso, não se trata de apenas um enunciado, mas de “um processo que se desenvolveu de múltiplas formas, em determinadas situações sociais”. Diante dessa análise do texto como um artefato histórico, criado em situação específica, por isso, discurso, não se parte para analisar o texto apenas em seus aspectos formais, sua linearidade, coerência ou coesão, mas toma-se em sua incompletude, “pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer)” e além disso, ele é passível de interpretação, ou seja, o texto não é em si, não está em si, está sim numa relação pragmática com os indivíduos: ‘A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história’, por isso, a interpretação é sempre um ato político e o sentido do texto só é adquirido por meio da história.

Chauí (1993) reforça essa ideia quando afirma que a ideologia é intrínseca às sociedades históricas, à medida que os discursos do social e do político passam a ser o

discurso sobre o social e sobre o político, ou seja, um discurso que irá definir, explicar, legitimar e até homogeneizar as relações sociais e as origens das instituições criadas na vida social, transformando as representações sobre a sociedade na própria realidade social.

Lobo tinha o poder da palavras, por meio dos seus escritos, é possível mapear seus referenciais teóricos e os diálogos que trava com seus interlocutores, que servem de base para seus textos no intuito de entender suas influências teóricas, suas temáticas mais desenvolvidas e a relação de seus textos com os outros textos de seu tempo, tentando mapear as diversas vozes presentes em seu discurso.

Conforme Cardoso (2013, p.55):

Lobo fazia uso da palavra com muita facilidade e fluidez em seus textos. Com um grande poder de argumentação e de organização textual, ele tratou, em seus escritos, dos mais variados temas, que não abordavam somente o ramo literário, mas também ética, política, educação, ciência, entre outros ramos do conhecimento. E em todos, a forma eloquente com que organizava seus textos era notória. De um simples relatório a um artigo de opinião, percebe-se o conhecimento de língua portuguesa e seu vasto conhecimento de mundo e científico, sempre com textos embasados nos teóricos da área abordada.

3.1 Em *Os novos atenienses*

Em 1909, Lobo publicou *Os novos atenienses*, com o subtítulo “*Subsídios para a História Literária do Maranhão*”. Os títulos e os subtítulos dessa obra já são em si uma ação política, no sentido de nomear os autores de sua época e construir uma noção de grupo, de unidade para esses autores. O termo *novos* incita em si uma renovação que encontra significação no termo *atenienses*, carregado de sentido ideológico de continuadores de uma tradição historicamente construída em torno do discurso da Atenas Brasileira. São novos, são jovens, mas, ao mesmo tempo, são velhos no sentido de tradição, de herança. Esse termos encontram maior ressonância ainda em outra expressão cunhada por Lobo de *Operários da Saudade*, ou seja, trabalhadores, transpiradores, construtores de algo que está ausente, de um passado que pode ser revivido no presente, se houver “trabalho”. Responsáveis diretos por fazer o Maranhão presente virar passado, continuadores da tradição letrada natural do povo maranhense – todos esses sentidos são vislumbrados por meio das expressões polifônicas registradas por Lobo com o intuito de dar continuidade à construção do cânone maranhense inserido a si e seus contemporâneos nessa operação. Da mesma forma que o título, o subtítulo também é categórico, uma vez que o que é subsídio é base, é suporte, é leitura obrigatória para quem deseja saber sobre a História Literária do Maranhão.

A composição e tessitura de *Os novos atenienses* foi muito bem pensada pelo seu autor, a escolha das palavras, das expressões metafóricas e construções alegóricas, as teorias empregadas que servem a argumentação e a narração dos fatos de maneira cinematográfica servem para dar o efeito de sentido desejado. No entanto, há vários problemas metodológicos do livro, no que tange ao não distanciamento do analista com o seu objeto e a parcialidade com que o analista constrói o texto dos biografados, sendo que, no próprio texto, Lobo (2008, p. 30) deixa escapar que poderia cometer esses desvios metodológicos:

Buscaremos fazer obra imparcial e justa, como o devem ser todas aquelas que se destinam transmitir ao futuro a memória presente. E se, porventura, de práticas opostas formos acoimados – o que não será de estranhar, porque, em trabalhos desta natureza, constitui empreitada sobre-humana contentar devidamente a todas as pretensões – aí há, para decidir da justiça da cousa, o juízo dos competentes, esclarecido pelo exame criterioso e desapaixonado dos fatos e documentos em que firmamos os nossos conceitos.

Percebe-se claramente esse tom apaixonado e parcial de Lobo ao selecionar o que dizer e como dizer. Nos fatos mencionados na Segunda parte, divididos em quatro capítulos, Lobo traça uma narrativa que começa com o suposto fim da primeira geração, que seria fim do *Semanário Maranhense*, jornal que só teve um ano de circulação, e conseqüentemente a emigração e a decadência cultural. Ressalta que houve, nesse período de marasmo, algumas tentativas de mudar o estado das letras maranhense, como a iniciativa do professor Manoel de Bethencourt, porém todas essas tentativas foram frustradas. No entanto, todas as alegorias e as forças de expressão de Lobo foram reservadas ao capítulo III, quando narra a visita de Coelho Neto a São Luís e de maneira cinematográfica coloca o encontro deste, expoente da segunda geração maranhense, com Sousândrade, único remanescente da primeira geração maranhense, como grande marco de fundação da terceira geração maranhense. A partir daí, narra da chegada de Fran Paxeco e sua integração, assim como a criação da Oficina dos Novos e depois da Academia Maranhense de Letras.

Porém, mais do que narração dos fatos e depois das individualidades, com a biografia de apenas alguns autores selecionados, o que embasa todo o texto de Lobo são as teorias que ele usa para costurar o texto, em maior número na parte inicial do livro, chamada de *Preliminares* e em outros capítulos quando julgou necessário lançar mão de uma voz autorizada. Lobo usa duas teorias do século XIX: o determinismo de Taine e a sociologia objetiva de Adolphe Coste.

O Determinismo de Hippolyte Taine, apoiado em François Guizot, é uma teoria que defende que o comportamento humano é determinado por três fatores: o meio, a raça e o momento histórico. Uma das grandes vertentes teóricas que impulsiona o Realismo na

Literatura. Hippolyte Taine (1828-1893), historiador francês, elaborou a célebre teoria da raça, do meio e do momento que são as condições essenciais que determinam o aparecimento da obra literária. Literatura é a representação fiel das maneiras de agir, pensar e sentir dos homens de todas as épocas, sendo um documento precioso para o historiador. Raça refere-se às disposições inatas e hereditárias que o homem traz consigo ao nascer, mas que podem ser também condicionadas por fatores externos, que moldam os fatores internos à medida que condicionam uma repetição, ou seja, os caracteres hereditários podem ser adquiridos pelo meio. É a ação do meio que vai desgastando ou modificando o aspecto primitivo, o clima, por exemplo, é um dos fatores que contribuem para diferenciar raças. Além da impulsão permanente (força interna), além da ação do meio (força externa), há ainda a velocidade adquirida em dado momento, ou seja, acrescenta-se ainda uma terceira categoria de causas: a que é produzida pela ação comum de ambas. Apresenta uma visão cientificista da gênese da obra literária, tendo como ponto alto, a Teoria evolucionista de Darwin.

Coste (apud LOBO, 2008), no livro *Principes d'une sociologie objective*, afirmou que literatura era independente do meio social, concepção contra a de Taine que afirmava que o surgimento da literatura era determinado pelo meio, pela raça e pelo momento. Lobo pontua que, para aquele, as duas ordens de fatos sociais eram independentes: os de ordem unitária, que se constituem nas questões de ordem prática, que formam a Sociologia; e os de ordem ideológica, que se constituem o movimento ds belas-artes, da ciência, da filosofia, os atos intelectuais e morais dos homens civilizados, que constituem o que ele chama de *Ideologia*. A teoria foi erigida para construir a argumentação de que o Maranhão estava nesse estágio descrito pelo autor, sugerindo que apesar da inferioridade na vida sociológica, decadência econômico-financeira, com o seu cortejo de repercussões político-sociais, naquele presente, o Maranhão aliava-se a uma grande exuberância de vida ideológica, vivia uma renascência cultural,

[...] que se inda se não traduziu em documentos rigorosamente imperecíveis, desses que para logo se incorporam ao grande patrimônio mental de um povo, todavia se acusa já em produtos variados, capazes de permitir a medida exata da sua intensidade e do seu alto poder de expansão. (LOBO, 2008, p. 23).

E assim posiciona os novos atenienses como continuadores da intelectualidade maranhense:

Aos anos de apatia e de marasmo, que se seguiram brilhante e fecunda agitação literária de que foi teatro a capital deste Estado, nos medos do século findo, e que ficará marcando, para honra e glória nossa, uma das épocas mais pungentes da vida intelectual brasileira, substitui-se, afinal, uma fase franca de revivência intelectual que, desde o início, vem progressivamente caminhando, cada vez mais acentuada e vigorosa, destinando-se a reatar as riquíssimas tradições das nossas letras, que a muitos se afiguravam já totalmente perdidas (LOBO, 2008, p.23-24).

Mais tarde, Lobo articula seu pensamento comprovando-o cientificamente por meio da teoria das leis de imitação de Taine, no intuito de explicar a aparição das elites intelectuais lideradas pela figura do Gênio, um iluminado, um homem com aptidões e faculdades acima do normal, capaz de liderar, influenciar e mobilizar seus contemporâneos por meio da imitação. Tais argumentos explicativos motivados pela teoria de Taine são tecidos logo após Lobo (2008, p. 25) fazer as seguintes perguntas: “Mas, a nossa ressurreição espiritual, como explicá-la satisfatoriamente? Que causas precisas lhe devem ser atribuídas, que antecedentes genéticos lhe poderão, com verdade e justiça ser apontados?” Mesmo chegando à conclusão que não há uma resposta para as perguntas, que não há explicação para os períodos de grande produção intelectual, nem para a gestação de grandes individualidades em uma dada sociedade, toda a articulação argumentativa de Lobo leva o leitor a conclusão subliminar de que havia uma componente genético que remetia aquele presente a uma outra geração do passado, assim como o gênio capaz de mobilizar toda aquela geração era ele mesmo, uma vez que havia um narrador-personagem e protagonista da grande revivência cultural do Maranhão.

3.2 Em *A carteira de um neurastênico*

A carteira de um neurastênico é o único romance de Antônio Lobo, publicado em 1903 e anteriormente veiculado em forma de folhetim na *Revista do Norte*, sob o pseudônimo de Jaime de Avelar. E apesar de ser uma obra de ficção e ter uma preocupação estética, não perde sua base no mundo real. Pesavento (2000) acredita que seria um avanço para a relação Literatura e História pensar a história como literatura e a literatura como história por meio da noção de representação. Vê-se a leitura do historiador como uma das interpretações entre várias que podem ser feitas. Ficção e realidade não são antagônicas ou contraditórias, mas formas diferentes de captar o real em que o literato teria limites de imaginação bem maiores do que aqueles permitidos ao historiador.

Pesavento (2000, p. 7-8) coloca que:

[...] Calíope pode ‘ensinar’ à Clío, e vice-versa, num tempo como o nosso, de confluente diálogo entre as diferentes disciplinas ou campos do saber.

Tal como as musas, que participam da construção do mundo, na medida em que ‘criam’ aquilo que cantam, história e literatura são forma de ‘dizer’ a realidade e, portanto, partilham esta propriedade mágica da representação que é a de recriar o real, através de um mundo paralelo de sinais, constituídos de palavras e imagens.
[...]

É claro que tanto a história como a literatura têm métodos e exigências diferenciadas e que mesmo suas metas podem ser distintas.

Mas se o historiador, na sua busca de construção sobre o mundo, quer resgatar as sensibilidades de um outra época, a maneira como os homens representam a si próprios e à realidade, como não recorrer ao texto literário, que lhe poderá dar indícios dos sentimentos, das emoções, das maneiras de falar, dos códigos de conduta partilhados, da gestualidade e das ações sociais de um outro tempo?

E, no caso, a literatura, como pode deixar de se voltar, também, para o resgate da narrativa histórica que, reconstruindo o passado ou inventando o futuro, persegue a verdade como projeto intelectual, revelando com isto a historicização das formas de uma escritura que busca dar ordem ao mundo?

Sevcenko (1999, p. 246), por sua vez, coloca que

[...] a criação literária revela todo o seu potencial de documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações, que incorporam a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção.

Baccega (2000, p. 86) aprofunda a discussão quando coloca que: “O discurso literário ao abarcar o discurso histórico torna-o matéria-prima para a construção do seu universo interno. A literatura não é o discurso do ‘aconteceu’, é o discurso do jogo de possibilidades; ela não busca o que seria o ‘efeito do real’, ela é o ‘outro real’”.

Sevcenko (1999, p. 246) define a literatura como instituição não no sentido formal ou acadêmico, mas no sentido de que possui na história seu elo com a sociedade, sendo assim também se constitui um processo vivo e flexível. Para ele, o ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está centrado na figura do escritor, por isso uma análise que pretenda abranger esses três níveis deve voltar-se “para a situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período.”

Baseado nesses pressupostos teóricos, a análise de *A carteira...* torna-se também um retrato da prática social de Lobo, acreditando que, por meio da obra literária, inclusive ele, poderia dizer o que quisesse sem ser revelado sua autoria, seja na postura de um personagem, na fala do narrador, nas situações e acontecimentos da trama.

A parte inicial da trama é perturbadora, inquietante, reportando o leitor para um mundo de loucura como sugere o seu título. A neurastenia toma conta do narrador-personagem e o leitor transporta-se a viver as crises desse personagem. Será que Lobo, por meio da Literatura, queria dar vazão ao que ele mesmo sentia? Algo tão íntimo e pouco comentado por ele nos seus textos, que era a psicastenia? Lobo sofria de distúrbios psíquicos, comprovados por laudos médicos, que, por vezes, embasavam licenças para tratamento de saúde, e usados largamente por seus opositores para caracterizá-lo como louco. No próprio texto, no capítulo I, o narrador coloca que a intenção da sua escrita é “apenas como um desafogo para suas mágoas, cóleras e desesperos”. E mais tarde, no capítulo XXIII, afirma

que sua escrita não é estética, mas constituída de memórias com um cunho “de exatidão e de verdade”. Lobo pouco falava de sua condição psicológica nos seus textos, mostrava-se sempre forte e inteligente. Talvez *A carteira...* tivesse sido uma válvula de escape para ele se revelar, porém sem confessar a sua fraqueza perante a doença, como se pode ver pelos fragmentos: “Sinto-me por vezes tomado de uns pavores inexplicáveis, de uns medos súbitos e extravagantes, que chego a ter vergonha de confessar” (LOBO, 1903, p. 26 e 216). O papel constitui-se o único amigo que não é capaz de julgá-lo:

E com tamanha intensidade me acometem essas reminiscências, que eu creio que enlouqueceria se lhes não proporcionasse o derivativo do papel, confidente, discreto e amigo, sempre pronto a receber na sua alvura propicia e casta a mácula violadora de todas as confissões d’alma. (LOBO, 1903, p. 216).

As confissões da alma doente de Lobo, aos poucos vão dando espaço a um romance de costumes, que tem o seu melhor amigo Carlos como protagonista. Carlos estudara na infância num internato com Jaime, narrador-personagem. Carlos era de família rica e sua família não aceitava ele se casar com Laura, uma jovem pobre cuja mãe, chamada Mariana, era prostituta e havia morrido de sífilis.

Carlos era um homem que não estava ligado às convenções sociais, tinha ideias novas e criticava a forma de viver estabelecida no Maranhão. Carlos era esclarecido, letrado, um intelectual. Critica a igreja, os portugueses, aliás, muito parecido com o próprio Antônio Lobo. Por várias passagens do livro, há uma tensão clara entre Carlos e a Igreja, confrontando visões de mundo antagônicas.

Essa crítica a Igreja e seus dogmas é uma tônica dos textos de Lobo. Durante o texto d’ *A carteira...*, isso se dá principalmente pelas descrições da educação dos padres jesuítas no colégio onde Jaime e Carlos estudaram, chamando-a de “influência nefasta”. O narrador descreve a sala de seu professor Pimenta como um “antro de torturas do Santo Ofício”, em que estavam ostentadas “as palmatórias, as correias de couro cru, as orelhas de burro”, criticando assim tais métodos de ensino empreendidos por essa educação jesuítica. (LOBO, 1903, p. 170).

Outro assunto recorrente de Lobo eram as inovações e descobertas científicas. N’ *A carteira...*, Lobo (1903) reflete criticamente sobre esse tema, tratando sobre a falta de acesso da população à ciência, no caso específico, à medicina. Viegas (o curandeiro) e o Dr. Palahres (o médico) significavam o polo dessa relação entre fé e ciência, entre razão e emoção, muito presentes nos escritos de Lobo. No entanto, no fim de sua vida, já num estado avançado da doença, Mariana não recorreu ao médico, preferiu ir a uma benzedeira ou ao um farmacêutico que tinha herdado poderes curativos de seu pai que era cônego, a ir ao médico e

não se curava porque tinha má sorte, não acreditava que tinha a doença. Mariana preferiu o curandeirismo ao cientificismo médico, e acreditava que o remédio receitado pelo médico tinha piorado a sua situação. Lobo enfatiza o desconhecimento e a descrença da população em relação à ciência e mostra o seu ceticismo. A ciência representada por Dr. Palhares era algo distante da população – o médico era grosseiro, faltava humanização à medicina – por isso, a preocupação de Lobo de sempre popularizar a ciência e trazê-la para o conhecimento da população.

O livro termina abruptamente com a seguinte frase: “E termino aqui estas memórias desconexas e fragmentadas, maldizendo a imbecilidade congênita dos homens que ainda não fez do interesse pela integridade fisiológica da espécie a única lei soberana que deve governar o casamento” (LOBO, 1903, p. 359). Claramente se tem nesse trecho uma alusão à genética de Mendel e à lei da seleção natural de Charles Darwin, afirmando que o que deve reger um casamento não é o amor e sim a genética. E como última mensagem do livro, Lobo deixa claro que o que deve reger as ações do homem não é a fé, e sim a razão, deixando evidente o seu ceticismo e o seu cientificismo ortodoxo.

3.3 Em *Relatórios da Biblioteca Pública*

Trabalharei aqui apenas como relatório publicado em 1901, cujo título é *Relatório apresentado ao Governador do Estado do Maranhão Dr. João Gualberto Torreão da Costa pelo Diretor da Biblioteca Pública*, apesar de ser a produção de relatórios muito mais vasta. Os relatórios produzidos por Antonio Lobo como Diretor da Biblioteca Pública são mais do que simples relatórios informando acerca de providências tomadas por uma gestão, são, na verdade, verdadeiros ensaios de biblioteconomia, tratando desde a história até sobre métodos organizacionais de bibliotecas nos diversos países. Logo nas primeiras páginas, ele explica por que o seu relatório é assim organizado e a autoridade no assunto que embasa a sua produção, deixando claro que trata-se de um trabalho científico de biblioteconomia e justificando a sua metodologia:

Assim procedendo, não tenho em vista, como a muitos poderá parecer, alargar-me em dissertações aparatosas e inúteis, sem alcance prático que as justifique e autorize, mas apenas seguir à risca, entre muitos outros, os conselhos de um homem a cujo nome ficará eternamente ligado o assombroso incremento das bibliotecas inglesas no final do século XIX, como um dos seus mais extremos propulsores – Thomas Greenwood, quando recomenda aos bibliotecários que envidem todos os esforços para que os seus relatórios anuais deixem de ser um amontoado de árida estatística [...]. (LOBO, 1901, p. 4).

Lobo (1901, p. 21) cita alguns conceitos da biblioteconomia moderna que estão sendo implementados na Biblioteca, dentre eles: o depósito legal, uma obrigação moderna de que todo editor ou impressor de qualquer publicação enviasse um ou mais exemplares a Biblioteca Pública do lugar em que foi feita a mesma. Lobo discorre amplamente sobre esse termo fazendo uma alusão histórica que permite alcançar a censura dos livros na Idade Média, depois passando pelas medidas de censura em diferentes países como Inglaterra e Portugal e as mudança dos exemplares de censura e privilégio pelos de vigilância e proteção, levando a obrigatoriedade de receber e conservar os livros, o que deu origem às bibliotecas públicas, que tiveram que criar o depósito legal, baseando sua análise nos estudiosos Arnim Graesel, Konrad Weidling, Albert Kirchoff, Jules Laude, Dziatzko, Johannes Franke – contestadores e defensores do depósito legal. Elucida ainda que depois de um caloroso debate, o depósito legal foi legalizado por quase todos os países, tratando, em especial, da Alemanha, Espanha, Itália, EUA, França, Inglaterra. Sobre esse último, baseado teoricamente em John Macfarlane, transcreve a lei escrita em língua original que cria o depósito legal, o Copyright Act. Logo depois, o autor passa a análise do tema no Brasil, citando a primeira lei que estabeleceu o depósito, o *Decreto nº. 433, de 3 de julho de 1847*, no entanto, segundo ele, muito debatido por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, “um sábio biblioteconomista brasileiro”, que sugeria reformas na lei. Com a passagem para o novo código penal da República, mais uma vez ele encontra falha na lei, no capítulo *Do uso ilegal da arte tipográfica*, art. 386, no que concerne a dubiedade de interpretação do artigo em relação ao depósito legal, que ele considerava extremamente importante, citando as visões de vários autores que se colocavam a favor do depósito, como Couberc, Otto Hartwig, Jules Laude, Ramiz Galvão e pedindo ajuda da autoridade a que se destinava o Relatório para, com sua influência, conseguir mudar a lei no sentido de assegurar o depósito legal:

Da exposição que vos acabo de fazer, embora sem a clareza e a força que só poderiam dar uma competência de que não disponho e uma autoridade que me falece, julgo ter ficado patente que o serviço do deposito legal entre nós exige uma reforma [...] E é para este fato que me animo a pedir a vossa sabia e esclarecida atenção. Estudando, à luz do criterio e do patriotismo que vos distinguem, todas as necessidades que vos apontei, e outras que certamente me terão escapado, e usando da vossa influência junto aos dignos e ilustrados representantes maranhenses no seio daquela corporação legislativa [...] que venha garantir de vez a conservação integral e completa de toda a produção intelectual brasileira. (LOBO, 1901, p. 28).

Outro elemento da biblioteconomia citado ao longo do relatório são as Duplicatas, sendo importante “fonte para o aumento das coleções de uma biblioteca pública”, porém destaca que nada foi estabelecido sobre essa temática na legislação, pedindo, por isso, auxílio para o Governador para resolver o assunto (LOBO, 1901, p. 29). Ainda cita que há dois

procedimentos adequados para tratamento das duplicatas: venda (leilão/ particularmente por grosso ou a retalho) ou troca. Destaca ainda que foi Alexandre Vattemare, o primeiro praticante de permuta na França, levando depois essa prática para outros países, possibilitando o seu amplo uso na Itália, Áustria e, principalmente, os Estados Unidos, que implantaram o empréstimo interbibliotecal. Ele aponta também a Lei nº 220, de 15 de abril de 1888, que determinou que a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão remetesse para a biblioteca de Viana, recém-inaugurada, todas as duplicatas, o que o leva a sugerir que as duplicatas pudessem ser trocadas por obras raras e antigas em poder das pessoas comuns no interior, além da constatação da importância das duplicatas:

Fazer com que nem um só livro adormeça improdutivo nas estantes dos ociosos, trabalhar para que cada vez mais largamente se exercite toda a força criadora acumulada nesses repositórios por excelência do produto da evolução universal, é realizar o ideal supremo da perfectibilidade humana. E o bibliotecário, que por ele tão devotamente trabalha, aproxima-se desse tipo ideal com que sonhava Dewey: tem uma inteligência tão perspicaz como a do mais arguto dos diplomatas, uma mão tão forte como a que doma as multidões enraivecidas e conduz ao triunfo os exércitos numerosos e um coração tão forte como o daquele que para salvar a dos outros sacrifica a sua própria. (LOBO, 1901, p. 40).

Lobo também dedica grande parte do relatório para tratar das bibliotecas ambulantes e das seções infantis. Para isso, faz uma análise sobre a situação das bibliotecas brasileiras, salientando o seu abandono, em especial, a Nacional, tendo experimentado um período áureo quando estava sob a gestão de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que produziu trabalhos importantes para a biblioteconomia, como o *Catálogo de Exposição de História do Brasil* e os *Annaes da Biblioteca Nacional*. Sua argumentação intenciona claramente mostrar a falta de investimento nas bibliotecas e mostrar a sua importância para o progresso do país, citando o pensador inglês Carlyle (apud LOBO, 1901, p. 47-48), que disse que “A verdadeira Universidade é uma boa coleção de livros”:

Nesta frase concisa e eloquente, onde palpitam, por assim dizer, todo o admirável talento sintético desse homem extraordinário e todo o seu estranho poder de visão crítica dos fenômenos humanos, reside o germen das ideias novas e utilitárias que viriam transformar as atuais bibliotecas livres da América do Norte no mais poderoso fator da educação popular. E, na realidade, o moderno critério por que são ali encaradas essas instituições nada mais representa do que o corolário lógico do axioma de Carlyle: uma biblioteca pública é uma Universidade, por consequência é um estabelecimento que se propõe um fim exclusivamente pedagógico. (LOBO, 1909, p. 48).

Todos os termos eruditos usados por Lobo nesse trecho explicitam a preocupação deste em teorizar cientificamente sobre a biblioteconomia. Ele conclui, assim, que a biblioteca é uma instituição viva, não um depósito e onde acontecem eventos para atrair os leitores, deixando de ser uma instituição exclusiva da aristocracia, uma vez que começaram a trabalhar para popularizá-la, fundando as bibliotecas públicas para uso gratuito da população, mas,

apesar da popularização, ainda existiam cidades sem biblioteca, daí a função das bibliotecas ambulantes. Segundo Lobo (1901, p. 69), o grande precursor das bibliotecas ambulantes foi o americano Melvil Dewey, quem pensou nessa inovação e a defendeu durante anos e estas deram origem aos women's clubs, assumindo, assim, as mulheres a divulgação das bibliotecas, que se difundiram pelos Estados Unidos, criando também as seções infantis, que tinham como objetivo a busca de novos leitores, em parceria com as escolas. Citando indiretamente Emma Cragin, ele coloca em destaque seu pensamento de que “o bibliotecário não pode ter amigo e aliado mais firme do que o professor, sobretudo quando este tem a compreensão clara do auxílio que a biblioteca e a escola se podem mutuamente dispensar.” E por acreditar na importância das seções infantis, solicita ao Governador, meios para adotar naquela instituição uma seção infantil e que vem tomando medidas nesse sentido.

Lobo (1901) também reserva um capítulo para tratar sobre os exames e cursos profissionais de bibliotecários, sendo recente para a época a concepção da profissão, porém já salientando que a profissão do bibliotecário é independente e distinta, sendo necessário conhecimentos técnicos especiais para exercê-la, conforme já defendiam alguns teóricos da época, como: Ebert, Molbech, Petzholdt, Zoller, Schrettinger, Hesse e Namur. A regulamentação da profissão já acontecia em vários países, que criaram cursos e conferências teóricas e práticas de bibliografia e biblioteconomia, assim como provas de conhecimentos específicos para quem quisesse seguir a profissão, como na Áustria, França, Itália, Prússia, Inglaterra, Alemanha e EUA. Por isso, sugere que seja feito concurso ou seja exigido diploma de Bacharel em Ciências e Letras para os cargos de Auxiliares e de Diretor da biblioteca.

De uma maneira mais objetiva, Lobo reserva uma parte para tratar sobre a relação da Biblioteca Pública com as bibliotecas estrangeiras, mostrando-se conectado aos avanços biblioteconômicos mundiais e preocupado em estabelecer relações com as principais instituições similares estrangeiras, apresentando as correspondências que manteve com essas instituições, tais como: a) Notícia do movimento da biblioteca no ano de 1899 no *Library Journal*, órgão oficial da American Library Association de Nova Iorque; b) carta do Sr. John Billings, da New York Public Library, agradecendo a remessa enviada; c) carta do Dr Mendes dos Remédios, Diretor da Universidade de Coimbra, respondendo a circular dirigida aos principais bibliotecários portugueses.

A partir desse tópico, começa a se ater mais as seções e problemas da biblioteca. O primeiro problema apontado é o sistema de iluminação, que utiliza gás carbônico para iluminar os salões de leitura. Citando o relatório de 1898, ratifica que o sistema deteriora os livros, se valendo inclusive de um estudo de um bibliotecário norte-americano, William

Poole, que provou que o gás carbônico aquece excessivamente o ar. Sem a possibilidade de separar os salões dos livros e nem de implantar a luz elétrica, Lobo (1901) sugere o bico Auer, novo sistema de iluminação a gás descoberto em 1890 por Auer Von Welsbach, usado em muitos locais, o que traria a vantagem de conservar os livros e uma economia de consumo de gás.

Sobre os livros, registra aumento de 898 volumes no ano, sendo 166 de compra e 732 de doações, o que vem ocasionando falta de espaço para guardar os livros que estão amontoados e sugere o sistema de estantes duplas para solucionar o problema, descrevendo uma série de problemas de infraestrutura, como condições ruins das estantes e do armazenamento e as escadas para o transporte de livros que eram inadequadas. Depois da explanação dos problemas, pede que sejam tomadas providências para melhorar o ambiente e facilitar o serviço dos funcionários (LOBO, 1901).

Trata também acerca da Seção de autógrafos, inaugurada por Domingos de Castro Perdigão, que doou o autógrafo dos *Princípios da música*, de Domingos Vellez Perdigão e de suas novas e futuras aquisições, respectivamente: o exaltado poemeto *Mais mundos*, de Theófilo Braga, publicado no Rio por ocasião do 4º centenário do descobrimento do Brasil e editado por Fran Paxeco; e o manuscrito do romance *Vera-Cruz*, que estava escrevendo Coelho Neto por ocasião da sua excursão aos estados do Norte. Trata também da impossibilidade de confecção dos catálogos, o alfabético e o sistemático, por falta de elementos materiais para tal fim e sugere a aquisição dos instrumentos para a produção do catálogo volume e que o ideal seria o de Ferdinand Bonnange, fazendo uma descrição sobre o mesmo. Informa que terminou, no ano findo, a classificação sistemática dos livros da biblioteca de acordo com o plano de James Brown, bibliotecário da Clerkenwell Public Library de Londres, conhecido como *Adjustable classification scheme*, que pareceu o método mais adequado. Informa também sobre a frequência, indicando que as classes mais lidas eram ficção em prosa e miscelânea, provando por quadro estatístico. Ressalta ainda que há grande carência de publicações de vulgarização científica em português, por isso fica limitada a sua leitura em semelhante assunto pelas classes populares, devido à falta de conhecimento de idiomas pelo público, por isso sugere que, nas escolas primárias, tenha o ensino de uma língua estrangeira – a francesa. Trata também do pessoal, citando os funcionários que continuam nos cargos de auxiliares do diretor: Francisco Serapião Serra e Astolfo Marques e os elogia por desempenharem corretamente seus deveres, assim como de servente e correio, e pede que sua gratificação seja equiparada aos congêneres de outras repartições. Informa acerca das doações, nomeando os maiores doadores, inclusive internacionais. Apresenta, por fim, os

Jornais e revistas recebidos por doação e assinatura, locais, regionais, nacionais e internacionais. (LOBO, 1901).

Dentre tantos autores de diferentes países em que Lobo assenta sua argumentação, está o brasileiro Ramiz Galvão. Este esteve por doze anos na gestão da Biblioteca Nacional (1870-1882), onde produziu grandes inovações na área de biblioteconomia: organizou a exposição camoniana e a de História do Brasil, publicou os *Anais da Biblioteca Nacional* e o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Estava recém-formado em Medicina, era um jovem praticamente desconhecido, quando foi nomeado para ocupar o referido cargo, de onde saiu consagrado, para assumir a função de tutor dos netos de D. Pedro II, de quem era antigo amigo. Tanto que, por decreto do governo imperial, em 1888, recebeu o título de Barão de Ramiz. Atuando em diversos cargos públicos, mesmo após a queda do Império, dentre eles, o primeiro reitor da Universidade do Brasil, criada inicialmente como Universidade do Rio de Janeiro. E destacou-se como filólogo com as publicações *Catálogo do Gabinete Portuguez de Leitura* (1906) e *Vocabulario etymologico, ortographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega* (1909). Colaborou com artigos publicados no *Jornal do Commercio* e foi eleito o segundo ocupante da Cadeira 32, para a Academia Brasileira de Letras (1928), aos 92 anos. Também foi sócio grande benemérito e orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conforme Caldeira (2015), durante o período em que esteve à frente desta instituição, Ramiz Galvão projetou fazer daquele espaço a biblioteca da nação brasileira, o que significava construir uma instituição cuja função fosse salvaguardar o patrimônio documental brasileiro, torná-lo disponível a um público especializado e estimular estudos sobre a história e a geografia do país. O objetivo era fazer da Biblioteca Nacional um lugar de referência, sintonizada com suas congêneres europeias e em diálogo com os meios letrados nacionais. Nesse sentido, a atuação de Galvão foi fundamental para a construção de uma rede de sociabilidade que o ligava a estudiosos, livreiros, bibliófilos e bibliotecários de diversos lugares do Brasil, da América e da Europa, compreendendo a sua atuação como um mediador cultural no ambiente letrado brasileiro do final do século XIX. Pois, da mesma forma que Ramiz em muito contribuiu com o desenvolvimento da biblioteca, ela também representou um momento de inflexão em sua biografia, conferindo a Galvão sua primeira experiência de consagração intelectual, tornando-se um homem consagrado e lembrado como aquele que reergueu a principal biblioteca do país, imagem que se cristalizou enquanto caracterizadora de si, sendo a Biblioteca Nacional um lugar decisivo para a construção da identidade de Ramiz como intelectual. Ou seja, além de servir como embasamento teórico para Lobo, Ramiz significava um espelho, um personagem vivo

almejado por Lobo, que apresenta muitos pontos em comum com a carreira dele próprio e que alcançou notoriedade a partir de um cargo muito parecido com o que ocupara naquele momento, um exemplo a ser seguido devido ao sucesso obtido em sua carreira como intelectual.

Lobo termina sua exposição, reiterando suas solicitações feitas ao longo do documento, amparando seu argumento na tradição da intelectualidade maranhense: “[...]certo de que com sua adoção solidamente alicerçaremos o edifício da nossa grandeza futura, barricando de vez, contra a campanha demolidora dos rotineiros, a boa fama que sempre aureolou o nome do Maranhão”. (LOBO, 1901, p. 122).

3.4 Em *A política maranhense*

Como já foi mencionado, ao final de sua vida, Lobo efetivou uma escrita política, de denúncia, por causa de seu desentendimento com o Governador do Maranhão no período de 1814 a 1818, Herculano Parga. No ano de 1915, no jornal *A tarde*, Lobo publicou na coluna *A política maranhense*, uma série de artigos contra o Governador Herculano Parga, que, após sua morte, foram publicados em forma de livro, que recebeu o mesmo nome da coluna que lhe deu origem. Do jornal *O Estado*, o Governo confrontava os artigos de Lobo, aumentando a repercussão de suas críticas.

A política maranhense foi uma série de 12 artigos, em que o articulista oferece uma visão panorâmica do cenário político brasileiro e regional, após a retirada de Benedito Leite do poder. Nessa obra, é importante observar em Lobo essa escrita combativa e os meios que ele usa para desqualificar o outro por meio de sua voz autorizada, instituída por meio de fatos e de argumentos de autoridade comprovada por sua intertextualidade marcada, por meio das citações de pesquisadores das mais variadas áreas, concedendo a sua obra uma unidade científica, que faz com que ele possa teorizar acerca da situação política maranhense.

Conforme Lobo (1916), quando Benedito Leite deixou o poder, seu partido cingiu-se em dois, provocando uma disputa pelo poder, porém instaurou-se, pela assunção de Nilo Peçanha, que assumira o governo, uma política de conciliação entre os grupos adversários colocada em prática com o regime de *paz e amor*. Tal conciliação foi firmada no Rio entre os representantes dos dois grupos, mas não foi bem vista pelos amigos daqui. E a principal medida dessa política era que os dois governadores em litígio, Mariano Lisboa e Artur Moreira, renunciassem ao cargo depois de tantas idas e vindas para assumir o governo da província.

Lobo (1916, p. 16) tece uma crítica ferrenha à política de paz e amor, pautando-se principalmente numa argumentação literária que destaca a luta de ideias:

Porque a luta é a lei suprema da vida, em qualquer das suas manifestações, desde o mais rudimentar indivíduo biológico, até as mais requintadas agremiações sociais. O grande, o supremo, o alto trabalho da civilização tem até hoje consistido, não em suprimir a luta, mas tão somente em transformá-la, em racionalizá-la, por assim dizer, em transferi-la do terreno físico para o terreno mental, em fazer dela, nos limites do possível humano, não mais o conflito material e estéril dos músculos contraídos pelo ódio, e sim o entrechoque ideal e fecundo de dois cérebros animados pelo amor.

Sobre a dualidade de poderes, Lobo (1916, p. 10) coloca que “o regime prático de nossa política de aldeia”, operava “uma espécie de síntese hegeliana entre a tese e a antítese, contraditoriamente sustentadas pelos srs. Lisboa e Moreira”. Mais adiante, coloca que os governadores renunciaram seus cargos, e o Congresso os reunia e identificava, “numa harmonia platônica e incoerente, reflexo caricatural dessa outra, de um requintado idealismo, em que o filósofo Heidelberg fundia o ser e o não ser”. Nessa passagem, Lobo consegue em um só período associar três visões filosóficas, Platão, Hegel e Heidelberg, pensando o idealismo a partir do prisma platônico e hegeliano.

Lobo (1916, p. 49 e 53) passa a discorrer sobre a sucessão de governadores do Maranhão, passando pela eleição de Luís Domingues, renúncia de Urbano Santos e chegando a indicação de Herculano Parga. Para ele, foi surpreendente a eleição de Parga, uma vez que não recolhia requisitos para tal cargo, sua vida tinha sempre sido modesta e apagada: “Nunca publicou um trabalho, nunca proferiu uma oração, nunca escreveu um artigo, nunca elaborou umas razões, nunca redigiu um simples relatório, que pudesse servir de estalão aferidor da sua capacidade mental ou cultural.” E a partir daí, seus artigos vão estar empenhados em destruir a reputação do governador, contra-argumentando acerca dos requisitos positivos elencados pelo Diário Oficial sobre o Governador empossado, que foram: “1º - ‘espírito refletido e calmo’;/ 2º - ‘sincero e devotado cultor do direito’;/ 3º - ‘constante defensor da lei’;/ 4º - ‘lucidez de inteligência’;/ 5º - ‘perfeito conhecimento das coisas do nosso Estado’; 6º - ‘estranheza completa às nossas contendas partidárias’”.

Em tom irônico, sobre o primeiro item colocado pelo Diário Oficial, Lobo coloca que os atos do Governador demonstram que, na verdade, “é um espírito apaixonado, parcialíssimo, irrefletido, vingativo, que contrapõe quase sempre, vencedora e, ao exercício sereno e imparcial dos seus deveres, as sugestões avassaladoras dos seus ódios e desafeições” (LOBO, 1916, p. 62).

Lobo vai usar todas as estratégias para desqualificar Parga, desfazendo dele pessoalmente, fazendo denúncias do seu governo, contestando seus atos administrativos. Um

desses atos foi a demissão do desembargador Pereira Junior, em que Lobo (1916, p. 66-67) evoca citação da Constituição do Estado para argumentar contra o ato do Governador, afirmando que ele não é um “sincero e devotado cultor do direito” e “defensor das leis”, uma vez que não respeitou a vitaliciedade dos magistrados. E cita o professor de Bourdeaux, Léon Duguit, defendendo sua posição da seguinte forma: “a vitaliciedade dos magistrados é o único elemento que assegura a independência e autonomia da ordem judiciária, fazendo dela um terceiro poder, ao lado do legislativo e do executivo”. Para Lobo, tal ação era competência exclusiva do poder judiciário, demonstrando sua tese a partir da jurisprudência citando o consultor jurídico da República Otavio (apud LOBO, 1916, p. 68), que ensinava num parecer dos *Anais forenses* o seguinte: “Não existindo entre nós contencioso administrativo, parece que em relação aos atos perfeitos e acabados, de onde se originam direitos, só o Poder Judiciário tem competência para restabelecer a ordem jurídica alterada”.

O item mais longamente analisado por Lobo é o quarto, a sua inteligência, pois, mais de uma vez, ele usa os artigos para dizer que Parga nada produziu que comprovasse sua inteligência, ou seja, não era um homem das letras, não era um intelectual. Sobre isso, Lobo (1916, p. 75-77) diz:

[...]ignoramo-lo por completo, porque até a presente data consoante atrás se firmou – ninguém jamais, aqui, uma exteriorização qualquer dessa inteligência. Custa mesmo crer que tal inteligência, caso existisse, não houvesse ainda vindo à tona, em trabalhos apreciáveis, durante mais de vinte anos de atividade pública do cérebro [...] A nossa experiência pessoal, muito ao contrário disso, leva-nos a opinião diametralmente oposta [...] Como, porém, não estamos aqui a fazer obra pessoal, e sim a apreciar, com a máxima isenção de ânimo, fatos e documentos públicos, abtemo-nos da externalização do nosso juízo individual, para aqui deixar apenas estabelecido isto, que representa a verdade séria e insofismável sobre o ponto em questão: se o sr. Herculano Parga é mesmo, como o pretende o sr. Urbano Santos, uma “inteligência lúcida”, só o sr. Vice-presidente foi quem teve, até hoje, a invejável boa fortuna de conhecê-la e admirá-la. Ele e mais ninguém.

Percebe-se claramente pelo excerto acima, a forma envolvente e belicosa com que Lobo usa as palavras. Implicitamente ao citar sua própria experiência (como quem não quer fazer isso), está comparando a sua produção escrita à produção escrita de Herculano Parga, que ele assegura que é nula. Ao mesmo tempo que, assim como em outros trabalhos, Lobo assegura sua escrita isenta, baseada em fatos, acima de julgamentos pessoais e opiniões.

A política maranhense é um livro que além de servir para a análise de como Lobo era um polemista implacável, serve também para demonstrar as relações políticas que esses intelectuais mantinham com o poder institucionalizado, assim como se constituíam como homens das letras enquanto poder, na medida em que, com suas palavras, poderiam construir o mundo ou dá uma versão convincente e verossímil acerca dele. De fato, Lobo incomodou

bastante o Governo de Herculano Parga, tanto é que logo depois da publicação desses artigos em *A Tarde*, o jornal foi desfeito e Lobo demitido.

3.5 Em *A questão de livros da Escola Modelo*

Diferentemente dos outros tópicos deste capítulo que tentam identificar as discussões teórico-científicas formuladas por Antônio Lobo a partir de seus livros publicados, esse tópicos tem o objetivo trazer a tona tais discussões de Lobo, mas usando como fonte não um livro propriamente dito, mas artigos publicados no jornal o *Diário do Maranhão* de 1910, no mês de abril, frutos de uma polêmica entre Lobo e Barbosa de Godóis acerca da adoção de livros para alfabetização nas escolas públicas de São Luís. Esse embate entre eles é importante, pois mesmo Lobo não tendo publicado nenhuma obra de cunho pedagógico ou educacional, poderia fazê-lo, uma vez que a discussão de métodos de ensino permeiam toda a sua escrita nos mais diversos veículos, por isso, a escolha desse debate, visto que, mais do que debater ideias, estão contidos neles a discussão de métodos de alfabetização fundamentais para a época e mostram dois grandes educadores do período disputando posições de destaque a partir da argumentação científica em torno do processo de ensino-aprendizagem.

Em 1910, o governador Luís Domingues nomeou Lobo para dois cargos, concomitantemente, o de diretor do Liceu Maranhense e o de Inspetor da Instrução Pública do Estado. Da mesma forma que nomeou Barbosa de Godóis para a direção da Escola-Modelo. Barbosa de Godóis, reconhecido professor da época, há muito tempo, havia elaborado dois compêndios para os alunos da instituição: *Escrita rudimentar e História do Maranhão*. Lobo, que era par de Godóis, por ser Diretor do Liceu, também era o seu superior, por ser Inspetor e não aprovou a adoção dos livros, ocasionando um debate veiculado pela imprensa da época. Godóis tentou interpor recurso ao Governador, porém este encaminhou ao chefe imediato daquele, ou seja, ao próprio Lobo, que respondeu em forma de parecer. Uma polêmica que ficou conhecida como *A questão de livros da Escola-Modelo*.

É importante perceber como estes intelectuais organizavam a educação da época, tendo cargos de gestão no sistema educacional maranhense, assim como, na condição de intelectuais-professores, sua disputa é indicador da correlação de forças entre intelectuais maranhenses por posições de poder no campo educacional (LICAR, 2012).

A grande discussão teórica gira em torno do Método Analítico prescrito no programa de ensino elaborado pelo fluminense João Kopke para a escola. Lobo como Inspetor, havia ordenado, por meio de portaria, que os livros didáticos a serem utilizados no

primeiro ano da Escola Modelo Benedito Leite seriam *Cartilha Analytica*, de Arnaldo Barreto, para a leitura e, para as demais séries, livros de leitura de João Kopke, dentre outros.

Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) foi autor da *Cartilha das Mães*, publicada a partir de 1896 e da *Cartilha Analytica*, produzida em 1907. Um dos principais divulgadores e polemistas do método analítico de leitura, foi presença das mais decisivas na evolução do ensino primário e secundário de São Paulo, preocupou-se, desde o início de sua carreira de professor, com a carência de livros destinados às crianças, diplomado pela Escola Normal de São Paulo em 1891, atuou como diretor da mesma entre 1924 e 1925. Foi redator-chefe da *Revista de Ensino* e também dirigiu a coleção *Biblioteca Infantil*, além de ter escrito textos de literatura infantil e de instruções pedagógicas. A *Cartilha Analytica* foi produzida em 1907 e, publicada pela editora Francisco Alves (RJ), com primeira edição em 1909, sendo seguida de mais de setenta edições até a década de 1960. Tal cartilha foi um importante material didático para o ensino da leitura utilizado por muitos professores, não somente no Estado de São Paulo, mas também em outros estados brasileiros, que defendiam o método analítico ao longo da primeira metade do século XX (BERNARDES, 2008).

João Kopke (1852-1926), por sua vez, formou-se advogado e tornou-se promotor público, mas trocou a magistratura pelo magistério, lecionando em Campinas, e em São Paulo. Envolveu-se com as causas republicana e educacional, empreendendo experiências de escolarização apropriando-se de referenciais internacionais, para a criação de teorias, práticas e instrumentos para educar os cidadãos da República. Expressou seu pensamento político-pedagógico nos diferentes veículos: na imprensa, nas escolas, nos livros para crianças e nas conferências, empreendendo uma pedagogia moderna de bases científicas, tendo em São Paulo no final do século XIX e início do século XX, uma atuação intensa, em estabelecimentos gabaritados como o Colégio Pestana, o Colégio Florence, o Culto à Ciência, a Escola Primária Neutralidade – Instituto Henrique Köpke, fundando por ele em 1885. Também foi pioneiro na divulgação e implantação do método analítico para o ensino da leitura e tinha uma extraordinária capacidade de escrever livros para crianças e adolescentes. Começa atuando pelo método da silabação, lançando as cartilhas *Método rápido para aprender a ler* (1874) e *Método racional e rápido para aprender a ler sem soletrar* (1879), sendo substituído pelo método analítico pela palavração, do qual se tornara ardoroso defensor pois, “além de sistematizar nos referidos textos, nele se ancora para elaborar cartilhas, livros de leitura e outros livros didáticos para a escola elementar e secundária”. Algumas de suas obras são: *O Livro das Mães* (1890); *O livro Infantil* (1890) e *O livro de Hilda* (1902) (WARDE; PANIZZOLO, 2010, p. 130).

O método analítico defendido pelos dois professores supracitados diferencia-se do método sintético, à medida que preconiza que a alfabetização deveria ser feita do todo para as partes. Concebe a leitura como um ato global e ideovisual, parte das unidades maiores para as menores, através da análise e decomposição. Consiste no ensino da leitura e escrita segundo a ordem de decomposição progressiva do material, a partir, portanto, de “todos” gráficos, isto é, sentenças ou palavras, os passos do processo devem percorrer em sentido contrário: frase – palavra – sílaba – letra. O método analítico se desenvolve a partir da teoria do sincretismo infantil que foi fundamentado pela teoria da Gestalt e acredita que a aprendizagem se dá pelo insight, não ensina a leitura através da silabação. No Brasil, a adoção desse método se dá a partir de 1890, quando implementou-se a reforma da instrução pública no estado de São Paulo, no sentido de atender as demandas educacionais surgidas com a República. Pretendendo servir de modelo para os demais estados, essa reforma se iniciou com a reorganização da Escola Normal de São Paulo e a criação da Escola-Modelo Anexa; em 1896, foi criado o Jardim da Infância nessa escola. Do ponto de vista didático, a base da reforma estava nos novos métodos de ensino, a preocupação de como ensinar, subordinada a questões psicológicas relacionadas à criança, fundando um novo momento na história do ensino brasileiro (MORTATTI, 2000).

O Parecer da Inspectoria Geral da Instrução Pública sobre os compêndios *Escrepta Rudimentar* e *História do Maranhão* formulado e divulgado durante dias no Jornal supracitado é um texto denso, baseado em fundamentos teóricos sobre métodos de ensino de escrita e leitura. Começa dizendo que o livro não serve para a escrita, pois conforme o próprio livro, em sua página 5, a sua intenção é servir exclusivamente à escrita rudimentar. E assevera, que embora o autor diga estar ancorado metodologicamente no programa destinado para aquela escola, o mesmo não conhece profundamente o método analítico, criado por João Kopke, indo além da escolha gradual de introdução das letras, para a escolha de textos, que “deverão traduzir ideias e fatos que lhes sejam familiares e que lhes atraiam a atenção, pelo estimulador interesse que nos seus espíritos possam, com segurança, despertar”, amparando-se na citação que faz do livro *Manuale di Pedagogia*, de Madame P. Kergomard (LOBO, 1911b, p. 2).

Assim, Lobo (1911b, p. 2) sugere o não entendimento do seu rival sobre o método:

Não: o método analítico de leitura não manda apenas partir da sentença para o vocabulário, deste para a sílaba e desta para a letra: manda, sobretudo, que se submeta sempre a mais inteligente e a mais rigorosa das seleções, as sentenças escolhidas, tendo constantemente em vista a capacidade de assimilação dos espíritos

infantis, a que se destinam, e o papel educativo que, na formação desses mesmos espíritos, tenham que exercer.

Citando os pensamentos de Sarah Arnold (*Guia dos mestres*) e James Baldin (*School Reading by grades*) – e uma série de teóricos, como: Thomas Harrison e N. Calkins, *Graded Course of Instruction and Manual of Methods for the use of teachers*; Alcantara Garcia, com *Compendio de Pedagogia Teorico-pratico*; Francesco Scaglione, com *Elementi di Pedagogia per le Scuole Normale e per i Maestri*; Joux Swvet, com *Methods os teaching*, Lobo (1911b) argumenta que os textos introduzidos para a criança no momento inicial de alfabetização têm que ser formativos e ajudá-las na construção de seu caráter e, além disso, devem ter a máxima correção de linguagem e apresentar gravuras, requisitos que o livro citado não possuía, ressaltando principalmente que a linguagem metafórica do livro era inadequada às crianças dessa idade:

[...] Quanto ao interesse que nos espíritos infantis possam por ventura despertar as sentenças da Escrita rudimentar, bastará, para fornecer-lhe uma medida exata da respectiva intensidade negativa, efetuar as seguintes transcrições: - O jirau do peru é muito alto. – Boabdil foi um sultão afamado. – Devo o dote à fada vadia. – A mãe de Mundico é muito áspera. – O bojo do bote do tio de Beja. – O povo pode tudo. – Nada iguala à natureza. – A hora exata da partida.

Não! Frases como essas poderão as crianças aprendê-las maquinalmente e maquinalmente recitá-las, mas tomar interesse pelo seu conteúdo é o que se me afigura totalmente impossível. E ensinar a ler maquinalmente, sem despertar na criança que aprende o gosto e o interesse pelas sentenças que lê poderá ser tudo, menos ensinar a ler pelo processo analítico. (LOBO, 1911c, p. 1-2).

O parecerista critica a leitura mecânica e diz que esse procedimento nada tem que ver com o método analítico. Analisa pontualmente o livro, inclusive em seus aspectos gramaticais, colocando em xeque a qualidade dos textos elaborados pelo autor, de forma a provocar o riso, dessa maneira, ridicularizando e desqualificando ainda mais o trabalho de Godóis:

Deparam-se-nos [...], no referido compêndio, frases como estas, que ligeiramente irei comentando, à proporção que for exibindo: O bode babou: vê a baba do bode. – O bode bufa. O aspecto de um bode a babar e bufar poderá inspirar às crianças o amor do belo e do puro? – Aquilo é o pecado da tua avó. – Será esse, porventura, algum novo processo de ensinar às crianças o respeito devido aos avós? – O suor indica saúde e Binoca sua na cabeça. – Poderá, porventura, o aspecto de uma cabeça suada inspirar às crianças sentimentos estéticos? Temos, além disso, que o suor na cabeça, como indício de saúde, é uma afirmação que aos inscientes em assuntos médicos, como eu, se figura, talvez, sujeita a cautelas. E se ela for, como suponho, errônea, terá, além do mais, o altíssimo inconveniente de fornecer à criança uma noção prejudicial, como o são todas aquelas que conduzem a práticas que a higiene condena. [...] O xarope do boticário leva água. Será possível atribuir alguma utilidade moral, ao conhecimento, fornecido à criança, de uma falsificação dolorosa, como essa do farmacêutico que altera uma droga medicamentícia? – Isto não é bonito: os meninos acordados, e papai dormindo. Fora! Fora! Fora! – Que valor moral se pode atribuir à evocação de uma cena, em que meninos, embora por troça, vão ao pai? – A munheca da mão de Heitor é mole. – Que ideia aproveitável e útil poderá despertar, no espírito de uma criança, a ideia de uma munheca mole? Aproveitável e útil foi escrito, porque é bem possível que de natureza mui diversa

seja semelhante ideia... Temos, além disso, que munheca de mão é uma expressão de todo o ponto inaceitável. O adjunto, além de inútil, é nocivo, porque poderá ensinar erroneamente à criança que há munheca sem ser de mão [...] Dizer, portanto, munheca de mão é tão inadmissível como dizer tornozelo de pé. (LOBO, 1911c, p. 2).

Lobo (1911b) vai além e prova metodologicamente que o livro não parte das sentenças para as letras, mas faz o movimento contrário partindo das letras para a sentença, por isso, não estava organizada nos padrões do método analítico, impróprio, portanto, para o programa da escola.

A apreciação do segundo livro, *História do Maranhão*, foi mais objetiva, figurando basicamente no *Diário do Maranhão* do dia 28 de abril de 1911 e começa da mesma maneira da anterior, questionando a adoção do livro para o 6º ano, se o autor diz ser destinado para alunos mais avançados. Na visão do parecerista, isso causaria confusão no aprendizado da disciplina:

E um cérebro que assim recebe, sobretudo nos primeiros estádios da sua evolução intelectual, tamanha e tão desconexa sobrecarga de ideias, baralhadas e confusas rompendo o equilíbrio lógico natural que as deverá sempre dispor, num todo coerente e harmônico, é um cérebro que se deteriora e vicia, como todos os órgãos vitais que uma nutrição inadequada impede do exercício normal da sua fecunda assimilação funcional. (LOBO, 1911d, p. 2).

É importante pontuar que Lobo escolhe o gênero Parecer para estruturar seu texto, tentando concerner a ele um caráter de cientificidade e de autoridade, feito por um especialista no assunto. Trata-se, assim, de uma opinião especializada sobre o assunto, colocando-se num patamar superior ao autor do livro analisado. A partir da edição de 1º de maio de 1911, aparecem as respostas de Barbosa de Godóis ao parecer de Lobo, em uma coluna intitulada *A questão de livros da Escola Normal*, em que descaracteriza o parecer de Lobo, chamando de artigo de polêmica, pois não vê sentido em publicizar por meio de jornais uma questão administrativa que ainda estava sendo julgada. Sobre isso, Licar (2012) baseada nas ideias de Foucault, analisando a disputa entre Lobo e Godóis, compreende que o poder exercido por eles não se originava apenas nos cargos que ocupavam – Lobo ser hierarquicamente superior a Godóis – mas estava baseado num saber-poder, ou seja, o próprio discurso é o objeto pelo qual se luta, uma vez que a partir dele se detém o poder.

Além disso percebe-se nesses intelectuais, especialmente em Lobo, um grande aprofundamento teórico nos mais diversos assuntos, conectado com as ideias mais atualizadas da época, assim como um desenvolvimento de um poliglotismo, uma vez que existiam poucas traduções acerca dos teóricos estrangeiros do período. Ser intelectual exigia esmerar-se para se ter o que dizer, usando o conhecimento como arma.

4 LOBO E A VULGARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A primeira geração da imprensa brasileira, nascida no século XIX, teve uma circulação ampla, não se fechando em fronteiras sociais e perpassando amplos setores da sociedade, não se limitando apenas aos letrados, embora estes detivessem o poder de produção e leitura. Pelo contrário, visava a um público cada vez mais amplo e carente de informações, assim como a formação de um espaço de crítica, reprimido inicialmente, mas que deu origem à opinião pública. Faz parte desse período “o redator panfletário”, um homem de letras, visto como portador de uma missão política e pedagógica, difusor de ideias e fomentador de debates, que invocava os filósofos iluministas e sábios enciclopedistas do século XVIII:

A maioria dos homens de letras dessa geração, independente do posicionamento político, escrevia no chamado estilo panfletário, que expressou uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa em particular, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. O estilo panfletário (difícil de ser redigido com qualidade e hoje em franco desuso na imprensa) alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida. (LUCA, 2013, p. 37).

A imprensa nos tempos do Império era mais política que literária, e a proliferação de títulos revela um jornalismo partidário, que defendiam posições políticas, tanto que em todo país, inclusive no Maranhão, a obra da imprensa jornalística se propaga produzindo jornalistas que passam a viver dos escritos da imprensa, que se destacaram pela escrita versátil e uma bagagem enciclopédica. Ressalta-se, porém, que a imprensa, nesses anos, tinha uma divisão precisa: o debate político era envidado pelos jornais e a reflexão cultural era empenhada pelas revistas, espaço primordial para figurar a colocação do literato na imprensa (LUCA, 2013).

Sobre essa divisão entre as atribuições das revistas e dos jornais, já no início do século XX, Luca (2013, p. 105) coloca:

O desdobramento do setor traduziu-se também na diferenciação entre jornais e revistas; ao primeiro, normalmente diário e vespertino, caberia a divulgação da notícia, o retrato instântaneo do momento abrangendo desde as disputas políticas até o descarrilamento do trem no subúrbio. À revista reservava-se e especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de lazer tendo em vista os diferentes segmentos sociais: religiosas, esportivas, agrícolas, femininas, infantis, literárias ou acadêmicas, essas publicações atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses.

Outra característica dessa época era que a figura do letrado, que especialmente em São Paulo, passou a ser visto com restrições no crivo político, motivando o uso pleno de

pseudônimos. A academia de Direito do Largo de São Francisco produziu “aprendizes de poder”, que usavam a imprensa para proliferar suas ideias refletindo sobre a situação do Brasil, ou seja, nessa realidade, o domínio da vida nacional por essa elite intelectual brasileira não se deu pelos caminhos formais de ocupação de cargos públicos, mas através da imprensa como agente de visibilidade e poder (LUCA, 2013, p. 59).

A partir das primeiras décadas do século XIX, essa reflexão sobre qual seria o papel e a função do intelectual literato no jornalismo passou aos debates mais acalorados pelos que faziam parte de ambos os meios, pois em razão das novas tecnologias de reprodução de som e imagem, discutia-se sobre as qualificações necessárias para atuar no meio jornalístico, ao mesmo tempo em que o próprio fazer literário sofria alterações devido ao periodismo. Essa discussão tornou-se abafada, porém, frente a realidade que se transformava, o mercado jornalístico estava criado, pois a modernização barateou o custo da impressão e ofereceu inúmeras oportunidades a quem desejasse sobreviver do trabalho de escrita, assim “escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também um instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político”. (LUCA, 2013, p. 94).

Nascimento (2011, p. 3) enfatiza que os jornais se constituíam como locais privilegiados de atuação:

[...] seja porque eram o suporte material para a defesa de posições políticas que interessavam a certos setores da oligarquia, no poder ou na oposição, o que possibilitava a ascensão a determinadas posições na burocracia e, mesmo, remuneração relativamente regular, mas também como forma de acumulação de capital social e simbólico. Pelos jornais, os literatos podiam mostrar o ‘valor de sua pena e o lastro de seus conhecimentos’ (MACHADO, 1982: 8), não apenas aos que precisavam deles, mas a um público mais amplo, construindo, desta forma, uma fama pela qual zelavam, fama essa que nada mais era que o máximo de capital simbólico que haviam acumulado principalmente nos e pelos jornais, mas também por ocasião do lançamento de uma obra de poesia, romance, contos ou de história.

Para ele, vários intelectuais, assim como Lobo eram polígrafos, devido a sua facilidade em escrever sobre diversas temáticas e transitar em diversas áreas do conhecimento:

[...] sujeitos a demandas e encomendas que lhes faziam as instâncias dominantes da vida cultural (MICELI, 2000: 56), no caso regional aquelas que lhes formulavam os principais agentes políticos. Seu horizonte de expectativas estava orientado para a possibilidade de atuar no mercado nacional de bens simbólicos e participar das instâncias de consagração do trabalho intelectual no país, especialmente a Academia Brasileira de Letras, o que fazia da capital da República o lócus que congregava os sonhos e desejos desses literatos, ainda mais que tinham bem presente, inclusive por serem contemporâneos, os exemplos de Arthur Azevedo (1855-1908), Coelho Neto (1864-1934), Aluísio Azevedo (1857-1913) e Humberto de Campos (1886-1934), festejados como maranhenses que venceram no Rio de Janeiro. O campo intelectual regional estava, assim, sujeito a uma tripla dependência: do campo político estadual; dos esquemas de estilo e consagração oriundos do campo literário nacional; e dos esquemas de pensamento e explicação científica vinculados à Europa, especialmente à França. (NASCIMENTO, 2011, p. 3).

Martins (2009) também nos ajuda a pensar essa questão, quando, ao analisar a formação do cânone literário brasileiro, afirma que, na elaboração da história literária nacional, há uma superestimação do literato brasileiro, uma tendência a ampliar os seus reais talentos, exagerando o mérito real de suas obras e realizações, a fim de popularizar as atividades ligadas às ciências e às letras, com o intuito de angariar respeito e conhecimento diante uma sociedade que ainda não dispunha dos elementos necessários para avaliar com acuidade e precisão trabalhos nessas esferas.

No final do século XIX, vários eram os literatos que combinavam a atividade de literatura com o emprego nos periódicos, levando a profissionalização da atividade e criando diversos círculos intelectuais, que percebiam na atividade jornalística uma ação transformadora de criar uma opinião pública, principalmente nas revistas literárias, que foram cada vez mais abrigando artigos de natureza variada ou se tornando revistas de variedades, uma vez que o foco da pena era interferir na vida social e política por meio de difusão de ideias.

As revistas de variedades, às vezes ilustradas, eram um campo em ascensão, que provocava a diversão e prazer do público, principalmente devido ao seu ar de novidade e operavam sobre os mais diversos assuntos, o que contaminava também os jornais mais tradicionais. Estes passaram a incorporar a ideia de que o jornal deveria cumprir a nobre função de informar acerca do que se passou, com um rigor de verdade dos fatos, mesmo com a vinculação visível destes com a política (LUCA, 2013).

Os periódicos serviam inclusive à vulgarização científica. No Brasil, do século XIX até os anos de 1930, os cientistas e literatos utilizavam regularmente o termo “vulgarização” para designar a atividade de comunicação com os leigos, logo o termo “vulgarização científica” designava especificamente a ação de falar de ciência para os leigos. A origem do termo é discutível, mas acredita-se que ele nasce francês, em 1826, com o verbo *vulgariser* e o substantivo *vulgarisation*, nos anos de 1850 a 1870. Com o tempo, principalmente a partir do início do século XX, esse termo passou a dar lugar a outros, como “divulgação” ou “popularização”, entrando o seu uso em declínio. Vergara (2008) sugere que a ampliação do conceito de cidadania a partir da República pode ter levado a uma reflexão em torno da etimologia da palavra vulgarização, que vem de *vulgus*, categoria inferior na Roma clássica que não votava, em oposição ao termo *populus* (cidadão). Apesar de, no Brasil, até hoje os termos serem usados indistintamente; em alguns lugares da América Latina, o termo vulgarização é pejorativo; na França, contudo, atualmente a expressão *vulgarisation scientifique* é consenso entre os especialistas.

Assim como há uma discussão sobre o termo melhor a ser utilizado, há também uma discussão sobre qual seria o papel do vulgarizador e o que seria o texto de vulgarização científica. Alguns teóricos acreditam que o texto da vulgarização seria um discurso derivado de um discurso original da ciência, ou seja, o vulgarizador seria um mediador (terceiro homem); para outros, a vulgarização é um continuum da própria prática científica, ou seja, o vulgarizador faz parte da comunicação da ciência. A vulgarização, porém, não perde a sua precípua ação de atualizar o público sobre as novidades científicas e levar as preocupações sociais à comunidade científica (VERGARA, 2008).

Os periódicos contavam com a colaboração de literatos que foram convidados a escrever sobre ciência. A vulgarização ou divulgação é uma atividade criadora, ou seja, faz surgir algo que não existia anteriormente, à medida que também compreende a tradução. No caso da vulgarização do século XIX, estava anunciando as inovações do mundo da ciência que a partir daquele momento fariam parte da cultura letrada, como eletricidade, vacina, telefone, entre outros, mesmo que o seu princípio científico permanecesse pouco conhecido. Vergara (2008, p.139) salienta que o estudo da vulgarização científica, é importante em vários aspectos:

Para os historiadores, a análise dos textos de vulgarização é uma fonte de uma riqueza inesgotável, pois eles são mais permeáveis aos demais discursos da sociedade do que o texto científico strictu senso. Assim podem-se ver outras informações que estavam sendo veiculadas juntamente com o conhecimento científico, contribuindo para que possamos entender vários aspectos do contexto da produção daquele texto.

Conforme Vergara (2004), tratando sobre os temas de vulgarização científica na Revista Brasileira, há uma categoria de intelectual na imprensa da época: o literato vulgarizador, que desempenhou importante papel nas discussões em torno da constituição da nação brasileira, por meio do escopo das ciências naturais, como da astronomia, da botânica, da zoologia, da geologia, da geografia e da etnografia. No entanto, a figura do literato vulgarizador deu lugar à do cientista profissional que utilizava o espaço da Revista para esclarecer, ao público leigo, os meandros da atividade científica e com isto garantir legitimidade para suas instituições junto à sociedade.

A institucionalização da ciência se desenrolou ao longo do século XIX e visava a profissionalização dos cientistas e a garantia de sua autonomia e autorregulamentação frente ao Estado e à sociedade. Esse processo postulava a instrução sistemática e a nítida separação entre leigos e especialistas, criando o ethos da comunidade científica. Outra característica desse processo foi a distinção entre as disciplinas acadêmicas, e, não por acaso, este é o momento em que a palavra “cientista” é cunhada por William Whewell, em 1834

(VERGARA, 2004). Mesmo podendo ser vista como um fenômeno mundial, sendo seu aspecto internacional um dos elementos que a caracteriza, a institucionalização ocorreu de forma localmente diferenciada. No entanto, sua institucionalização se deu muito baseada na visão de ciência como progresso e a serviço da sociedade como um todo. Nesse contexto, surge grandemente a necessidade da figura do vulgarizador, que tinha o papel de traduzir as pesquisas científicas e no seu fazer construir uma visão de ciência como boa para o progresso da humanidade, estabelecendo uma forte confiança do público para com a ciência.

Cardoso (2013, p. 55) coloca que todo o repertório de conhecimentos de Lobo foi fortemente usado em sua atividade jornalística:

Esse amplo conhecimento, adquirido por meio do autodidatismo, embasou calorosas polêmicas que Lobo sustentou na imprensa ao longo de sua vida. De fato, o Antônio Lobo jornalista ultrapassava o romancista, o poeta, o tradutor. Foi na escrita jornalística que sua obra se avolumou em quantidade e se agigantou em qualidade colaborando simultaneamente em vários órgãos da imprensa.

Foi nos periódicos que ele pôde mostrar, de forma marcante, o seu poder de argumentação, por meio dos debates que travou com diversos intelectuais de sua época. Uns mais teóricos, outros mais práticos, alguns até beirando o vulgarismo, Lobo não deixava nenhuma provocação sem resposta e sempre gostava de encerrar as polêmicas com a última palavra. Durante a sua vida, foram inúmeros os seus oponentes, com os quais travou diálogos bastante interessantes que, de certa forma, movimentaram o cenário intelectual da época.

Escrevendo no final do século XIX e início do século XX, Lobo possuía muito das características dos vulgarizadores científicos, dos literatos vulgarizadores e dos literatos jornalistas do século XIX descritos pelos estudiosos. Ele usava a ciência para embasar teoricamente suas obras, tanto no âmbito jornalístico quanto literário e parece ter vivido tardiamente todas as fases que o cenário jornalístico brasileiro passou. Lobo era obcecado pela ciência, acreditava nas descobertas científicas e fazia questões de divulgá-las. Lobo acreditava tanto na ciência que parecia não ter religião. Em seus textos, a oposição entre essas duas categorias é recorrente, e sempre a ciência leva vantagem sobre a religião.

4.1 A vulgarização científica nos jornais

É notório que a vulgarização científica faziam parte do fazer de Lobo nos diversos veículos jornalísticos pelos quais passou ao longo de sua vida. Participou ou foi fundador de revista que se diziam científicas como a *Philomathia*, “revista artística, científica e filosófica”, que tinha como um de seus objetivos o de levar ao conhecimento do público “todos os problemas postos em discussão pela ciência.” (A NOSSA..., p. 1). Na *Revista do Norte*, uma revista visivelmente mais literária, Lobo aproveitava certos momentos para fazer vulgarização científica. No artigo intitulado *o Mês*, fala das descobertas de Pasteur e da queda da teoria da

geração espontânea, assim como outros cientistas para satirizar o cenário político brasileiro, afirmando que seria interessante a criação de seres humanos nos laboratórios para criar um homem perfeito que fosse presidente da República do Brasil (O MÊS, 1865).

Sustentou inclusive polêmicas com Inácio Xavier de Carvalho, por meio dos jornais *A Imprensa* e *Diário do Maranhão*, no ano de 1906, sobre questões da medicina e biologia, em que Carvalho teve que invocar opiniões dos médicos para acabar com as discussões surgidas pelos dois intelectuais. Na edição de 26 de outubro de 1906, Carvalho (1906) ocupa uma página inteira com um artigo denominado *A nossa questão* que responde as afirmações de Lobo sobre os leucócitos ser ou não uma célula, por meio de cartas respostas de mais de dez médicos que responderam sobre a questão, entre eles, Luiz Serra, Juvêncio Matos e Costa Rodrigues. As edições do *Diário do Maranhão* continuam ao longo dos meses trazendo artigos de ambos os contendores tratando acerca da querela científica.

Diante de um vasto conjunto de fontes, privilegiei aqui um conjunto de textos publicados no jornal *Diário do Maranhão*, no ano de 1906, na coluna *Pela Rama*, iniciada no dia 25 de setembro, escrita por Lobo sob o pseudônimo de Elmano Roiz, que depois transformará em livro, cujo título é o mesmo da coluna, e cujas crônicas recebem todas um título que não existia na versão original publicada em periódico. No texto de inauguração da coluna, Lobo faz um pacto com o leitor, que tratará de várias temáticas, porém seus textos serão sem pretensão de se tornar a verdade dita e que o leitor, inclusive, poderá não concordar com suas opiniões, ou seja, mesmo não tratando exclusivamente de ciência, o espírito de Lobo na escrita da coluna era próprio da vulgarização científica, ou seja, de publicizar questões científicas a um público leigo geral:

Por aqui te falarei de tudo e de todos: emitirei ideias, discutirei opiniões, ventilarei sistemas, analisarei doutrinas; contar-te-ei coisas de arte, de filosofia, de ciência, de religião; estudarei homens, comentarei fatos, registrarei acontecimentos, apregoarei verdades e desmentirei sofismas; tudo isso, porém, *pela rama*, superficialmente, em tom ligeiro e ameno de palestra amiga, sem pretensões a Catão ou a palmatória do mundo. (ROIZ, 1906a, p. 1).

Essa suavidade na escrita é observada ao longo da coluna, principalmente, quando ao reunir os textos para formular o livro, ele diz tratar-se de crônicas. O livro *Pela rama* foi publicado em 1911 e reuni 54 crônicas dessa coluna em que se pode perceber um texto mais leve e fluido na carreira de Lobo, em que aumenta o seu diálogo com o leitor, usando vocativos com mais frequência.

Conforme Luca (2013, p. 70), a partir da segunda metade do século XIX, a crônica, ao lado do folhetim e do conto, ocupou as páginas da imprensa periódica e permitiu ao literato colocar-se em letra impressa:

Coube à crônica, porém, exercer papéis múltiplos, ocupando o lugar do artigo de fundo, fazendo as vezes do que hoje se denomina editorial ou lançada no interior da revista, em seção exclusiva. Aproxima-se do artigo, sobretudo na característica comum de voltar-se para as ocorrências contemporâneas, no seu suceder imediato. Marcada pela reflexão desprezenciosa, redundou na forma ideal do trato literário de eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero.

O uso mais intensificado da crônica aconteceu nas primeiras décadas do século XIX, devido à velocidade de informações que se passou a processar nesses anos, numa escrita e numa imprensa com um aparato tecnológico que tinha a crença no progresso, logo a temática da crônica, assim como sua linguagem coloquial vinha ao encontro da agilidade exigida pela periodização mais intensificada, sendo diária, semanal, quinzenal ou mensal, privilegiando acontecimentos de durabilidade efêmera (LUCA, 2013). Serviu também para colocar em equilíbrio a discussão entre literato e jornalista, pois era possível com esse gênero textual, em linguagem literária escrever um texto jornalístico que trata-se do fato, do cotidiano.

Ao longo desses textos podemos perceber a necessidade do autor em falar dos homens que descobriam alguma cura para doenças, divulgando e felicitando ganhadores de prêmios nobels da época. Numa das crônicas chamada posteriormente de *Fagocitos*, por exemplo, Lobo trata da descoberta do professor do instituto Pasteur, Elias Metchnikoff, que descobriu a fagocitose. Conforme os estudos de Lobo, receberam o nome de fagócitos (palavra de origem grega, que significa comer células) as células descobertas por esse professor. Os fagócitos, dentre outras funções, seriam as células responsáveis por conferir pigmentação aos cabelos e a pele. Na argumentação de Lobo, controlando esse pigmento poder-se-ia evitar o branqueamento dos cabelos, técnica muito almejada pela sociedade da época, assim como a mudança da cor da pele. Para ele, seria bem possível que, em pouco tempo, os especialistas conseguissem um novo agente químico ou físico que permitiria mudar a cor da pele, “conseguido isto, nada se apresentará mais fácil do que, num abrir e fechar d’olhos, passar um homem de uma raça a outra” e isso faria a alegria de muitos que não aceitam a sua cor, principalmente os negros (ROIZ, 1906b, p. 1).

Lobo parte de uma teoria eminentemente científica: “[...] tenho andado, desde o começo desta crônica, a falar-te de coizas que cheiram a ciência”, tratando da descoberta do professor Metchnikoff, que foi um biólogo microbiologista e anatomista russo, recebeu o Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1908, juntamente com Paul Ehrlich, pelos seus trabalhos sobre imunidade, distinguiu-se pelos seus estudos em imunologia e especialmente no papel representado pelos leucócitos na fagocitose de bactérias. Para tratar de um assunto social: a questão racial. A não aceitação de certos negros de sua cor, a não valorização da

cultura negra, a discriminação racial poucos anos após a abolição da escravidão, ou seja, como o negro livre era visto e se via naquela sociedade, citando até personalidades negras, que mesmo com o preconceito, conseguiram se destacar, como Toussaint Louverture, Menelik, José dos Patrocínio e S. Benedito. Como bem coloca Lobo na apresentação da coluna, tais problemáticas não são aprofundadas, mas são levantadas para a reflexão. Mudar de cor naquela sociedade tornava-se uma aspiração para várias pessoas (ROIZ, 1906b, p. 1).

Seguindo essa linha de valorização dos cientistas, na crônica posteriormente denominada de *Pausteur*, Lobo exalta a figura do biólogo, convidando o leitor a prestar-lhe reverência. Elogia a origem humilde deste e seus trabalhos para a cura de doenças. Demonstra desprezo pelos seus detratores e àqueles que são contra a sua obra, principalmente os que depois que suas teorias se tornaram universais ainda ousavam atacá-lo, como o Sr. Bagueira Leal, da Capela Positivista do Rio de Janeiro (ROIZ, 1906c).

Louis Pasteur (1822-1895) foi um cientista francês que fez descobertas que tiveram uma grande importância tanto na área de química como na medicina. Foi ele quem criou, em 1860, a técnica conhecida hoje como pasteurização, ou seja, conseguiu-se comprovar definitivamente que os microorganismos surgem a partir de outros preexistentes. E sua descoberta foi utilizada pelo cirurgião Joseph Lister, para eliminar os microorganismos presentes em feridas e incisões cirúrgicas, e, a partir do ano de 1871, Pasteur insistiu para que todos os médicos dos hospitais militares passassem a adotar esta técnica em todos os instrumentos de procedimento médico. Ele é considerado um dos três principais fundadores da microbiologia, juntamente com Ferdinand Cohn e Robert Koch. Pasteur também fez muitas descobertas no campo da química, principalmente a base molecular para a assimetria de certos cristais. Entre seus feitos mais notáveis pode-se citar a redução da mortalidade e a criação da primeira vacina contra a raiva (antirrábica) (RIBEIRO, 1996/1997).

Da mesma forma em *A descoberta de Koch*, cita uma série de cientistas que deram suas contribuições à medicina fazendo um apanhado geral das diversas descobertas da área na época:

Se por vezes os trabalhos de um Bichat, criando a histologia e formulando o princípio de que a enfermidade nada mais representava do que uma alteração dos tecidos; de um Broussais, querendo ver todas as moléstias um corolário inflamatório da irritação dos elementos anatômicos constitutivos da região orgânica que lhe servia de sede; de um Corvisart, aplicando os princípios do grande médico do Hotel-Dieu ao estudo das afecções cardíacas, e dando como base da clínica a anatomia patológica; de um Laennec, inventando o estetoscópio e armando assim a auscultação de um instrumento preciso para a segurança do diagnóstico; se, por vezes, te digo eu, leitor amigo, tentavam esses trabalhos traçar a etiologia um rumo

novo, norteado pelo critério fecundo da ciência experimental, a medicina oficial [...]. (ROIZ, 1906d, p. 2).

Lobo menciona ainda Roberto Boyle (químico alquimista), Claude Bernard (criou a teoria patogênica da diabete), Pasteur (fundador da microbiologia), acabando por citar Robert Koch, diretor do Instituto de Higiene da Universidade de Berlim, que estudou o espirilho da cólera e o bacilo tuberculoso, ambos grandes serviços prestados à humanidade, segundo Lobo:

E é por isso que, embora haja uma corrente, mais ou menos acentuada, para dar ao bacilo da tuberculose o nome de Koch, por forma alguma pecará quem, por mesma designação comemoradora, quiser indicar o vibrião colérico. [...]
E o homem extraordinário e devotado que os produziu, merece ser incluído no honroso catálogo dos grandes benfeitores da sua espécie, que diariamente deverás por, leitor amigo, diante dos olhos dos teus filhos, [...]de que o culto dos grandes homens é um gérmen de vida, ao mesmo tempo que um processo de educação. (ROIZ, 1906d, p. 2).

Em *Laveran*, informa acerca do ganhador do prêmio Nobel de Biologia, o professor e médico Laveran, do Instituto Pasteur. Lobo faz uma pequena abordagem sobre a biografia do médico, ensinando que ele nasceu em Metz, na França, começou sua carreira como médico militar, depois foi nomeado professor de higiene e de clínica em Val-de-Grace, abandonando depois a carreira militar para entrar no instituto Pausteur. Em seguida, Lobo explica que este descobriu o agente da moléstia de febres intermitentes (hematozoários de Laveran), que destroem os glóbulos vermelhos do sangue e abordou a sua profilaxia, evitar a picada do mosquito, e a sua terapêutica, aplicação da quinina, para destruir os hematozoários do paludismo (ROIZ, 1908a).

Na crônica *A Tuberculose*, Lobo fala sobre a descoberta de A. Calmette e C. Guerin, de uma espécie bacteriana responsável pela tuberculose. Esses descobriram que o contágio pelo bacilo de Koch não se dá tanto pela via respiratória, mas pela digestiva, principalmente por meio da ingestão de leite, por isso aconselha o leitor, a sempre fervê-lo e termina em tom jocoso: “E nada pagas pelo conselho”. O interessante desse texto é como Lobo inicia falando com o leitor, “ignoro, leitor amigo, como andas nesta coisa de micróbios”, dando duas opções para o público: ser um positivista ortodoxo, que acredita na existência dos micróbios, assim como Pausteur, Koch, Behring; ou se está na classe dos céticos, que dividam da existência dos “*pequenos bichinhos*”. Ele se coloca na primeira posição e diz que aceita tudo que “tem sido firmado pelos trabalhos positivos dos grandes mestres” (ROIZ, 1908a, p. 1).

Mais tarde, na crônica *O prêmio Nobel*, mais uma vez, faz referência a Elias Metchnikoff, prêmio Nobel de química e ao professor Laveran, de biologia. Para o cronista, foram prêmios merecidos porque contribuía com a saúde pública e devido ao alcance social

e imediato de suas pesquisas. Usando Le Dantec para a sua explanação, diz que a vida é um fenômeno químico, daí a necessidade do desenvolvimento da biologia e da química para resolver o problema da saúde pública (ROIZ, 1908b, p. 1).

Lobo seguindo a questão médica, presta um serviço de utilidade pública tratando das doenças que estavam epidêmicas no Brasil. No artigo intitulado *A vacina* (inicialmente publicada fora da coluna Pela Rama, mas incorporado depois ao livro com o nome de *A varíola*), ele afirma que a doença estava no Brasil inteiro, o Brasil estava “desgraçadamente, a braços com a varíola”. Estava-se, conforme ele, à beira de uma epidemia, mesmo mais de um século depois da descoberta de Jenner. Um dos responsáveis pela proliferação da doença era um grupo intolerante do Apostolado Positivista do Brasil, uma vez que combatia a vacina, principalmente Teixeira Mendes e Bagueira Leal, que escreviam textos incitando a população a não tomar a vacina devido esta transmitir doenças e a varíola ser uma doença controlada. O cronista ataca os argumentos de ambos, mostrando os benefícios da vacina, assim como as medidas de assepsia necessárias para tomá-la e chama as pessoas a fazer uso dela o mais rápido possível (ROIZ, 1908c, p. 1).

No livro *Pela rama, A peste bubônica* foi uma série de oito crônicas escritas na época em que a doença se espalhou por São Luís. No primeiro artigo, o cronista informa sobre uma doença que provocou certo pânico pelo bairro dos Remédios. Por lá, os boatos diziam que era a peste bubônica. A princípio, o autor diz que não se tratava dessa doença, mas de outros tipos de febre que a Higiene Pública não conseguiu determinar. Por conta da ameaça, o bairro ficou abandonado, mas pouco a pouco voltava a normalidade. Nessa época apareceu na cidade a Companhia d’Arte Italo Brasileira, para distrair as pessoas que estavam apavoradas com a doença. Na segunda crônica, o autor relata novos supostos casos da doença. As autoridades médicas ainda não haviam conseguido uma resposta. O cronista fica refletindo acerca dos motivos para que essa doença se instalasse em sua terra: “Não somos, é certo, um modelo de virtude, nem tão pouco uns poços de honestidade. Temos as nossas mazelas e os nossos defeitos; mas, quem é que os não têm, por este vasto mundo do Senhor? [...] Gostamos imenso de malhar na vida alheia, de desancar o próximo”. (LOBO, 1911a, p. 313). A partir dessas indagações, conclui que não poderia ser a peste que os acometia, ela estava aqui por engano, nesse caso seria mais fácil mandá-la embora, pois o Maranhão não teria nada que a interessasse, apenas a literatura:

V. Exc. enganou-se redondamente. Com perdão da frase, parece que não anda com sua *bola* a regular direito. Nós aqui assim somos o Maranhão, a pátria de Gonçalves Dias, de João Lisboa, de Sotero dos Reis, do arroz de cuxá e dos camarões... Nada d’isto lhe serve, não é assim? Que vai V. Exc. fazer com os Primeiros Cantos, com o

Jornal de Timon e com a Gramática Portuguesa. (LOBO, 1911a, p. 314, grifo do autor).

O cronista conclui que nem o arroz, nem o camarão lhe causaria interesse já que o arroz era inglês e camarões só haviam secos. As duas coisas talvez que interessasse a peste fossem a carne e a água, mas nenhuma das duas estavam em condições higiênicas perfeitas para uso (LOBO, 1911a).

Continuando sua série de crônicas sobre a peste, na terceira, mostra que há muita especulação na cidade sobre a doença, muitos testes e medidas profiláticas, porém ainda não se sabia se era realmente a doença. Lobo, de maneira literária e cômica, mostra por meio de ornamentos toda a repercussão da doença na cidade. Na quarta, mostra que se complicou a situação da doença e o pavor da cidade. O cronista diz que pela primeira vez não sente vontade de fazer troça com o assunto, pois agora acredita mesmo na gravidade da doença. Na quinta crônica, descreve as peregrinações do povo à Igreja da Conceição pedindo proteção para S. Sebastião contra a peste. Ao refletir sobre esse ato do povo, o cronista sente-se infeliz e invejoso por ter perdido a fé e acreditar mais na ciência e se pergunta de que valem todas as descobertas da ciência se não consegue “estancar as fontes do sofrimento humano”. Na crônica, claramente, o autor confessa um conflito interior, por não acreditar mais em Deus. Na sexta, mostra que a peste bubônica continua ceifando vidas. O poder público tomou providências cabíveis para conter a doença. O cronista diz estar em um susto perene e horrorizado com os sintomas, principalmente depois que leu a obra *Causerie*, de Albuquerque Mello, publicada no Diário do Maranhão. Na sétima crônica, começa afirmando que as chuvas e a peste são os assuntos da última quinzena na cidade. A primeira aumentando a cada dia e a última findando-se. Muitas pessoas estavam dizendo que a peste havia acabado por causa da chuva. O cronista refuta essa ideia com muita ironia e sarcasmo: “Quando a peste bubônica bater as portas de uma cidade, é asneira correr em busca de médicos e de boticas; chuva nela, chuva torrencial, copiosa, de fazer enxurrada, e verão que a maldita desaparece num abrir e fechar d’olhos”. Na oitava e última crônica, o cronista informa que o chefe da Higiene declarou o fim da peste bubônica e os sabichões da cidade ficaram especulando acerca das causas da extinção. Se seriam as preces a São Sebastião, as chuvas, as medidas médico-sanitárias, ou mesmo a opinião de alguns que diziam que acabou porque tinha que acabar. (LOBO, 1911a, p. 320-325).

Não só de Biologia e Química vive a ciência de Antônio Lobo, ele também reservou atenção à Astronomia. Em *Um novo planeta*, Lobo discorre sobre uma notícia real ou mentirosa da descoberta de um novo planeta por um professor americano, que fez ele

lembrar da descoberta de Netuno pelo matemático Leverrier, porém a sua narrativa é brejeira, simples, como se esses cientistas fossem seus companheiros mais íntimos e ele tivesse vivido de perto esse fato da história da astronomia, como evidencia o excerto:

[...]Um deles, mas atilado que os outros, Adams, no ano da graça de 1843, pos-se a fazer as suas contas, no frigidar dos ovos, não dava certo.

- Sêbo! Suponho que, com seus botões, resmungava o tal sábio, que, por sinal, era inglês. E recomeçava o jogo de paciência. (LOBO, 1911a, p. 274).

Lobo, como sempre faz diante dos cientistas, exalta o feito do matemático, falando de sua própria existência insignificante como a do leitor e elevando em importância o cálculo matemático que deu origem à descoberta do planeta.

Apesar dessa preocupação com o científico, Lobo tem muitas crônicas que tratam desse assunto de maneira cômica. Uma delas é a intitulada *Investigadores Científicos*, em que Lobo (1911a, p. 251) trata acerca da produção científica coeva do Maranhão. Na introdução da crônica, justifica toda a crítica que fará mais a frente sobre o Maranhão, diz amar a sua terra de maneira ponderada e justa vendo as suas virtudes e defeitos, levando-o a estudar seus homens e suas coisas. Ademais, inicia um protesto contra o artigo do jornal *O Maranhão*, assinado sob o pseudônimo de Um maranhense. Este colocou que “Ainda se encontra no Maranhão uma falante assaz numerosa de intelectuais que cultivam o espírito não somente em coisas literárias, mas em investigações científicas de alto alcance”. O cronista diz que por ignorância ele fez essas afirmações, mas que não existe nenhuma investigação científica no Maranhão e recrimina de maneira hilária a afirmação do artigo em questão:

Não, adorável mocinho anônimo, pelo amor de Deus não nos meta mais em entaladela igual.

Quando você ignorar o sentido das palavras, não as empregue sem primeiro orientar-se junto dos que entendem.

O Maranhão, repito, tem muitos títulos que lhe fazem honra para não carecer de andar fingindo de galha que se enfeita com as penas do pavão. (LOBO, 1911a, p. 252).

Da mesma forma que várias outras obras de Lobo, *Positivismo e micróbios* também foi inicialmente publicado em jornais. Na edição de 6 de março de 1908 do *Diário do Maranhão*, inicia-se uma série de artigos em que a lide acusa como uma “apreciação crítica da brochura do sr. Agliberto Xavier, ‘Da fermentação e teoria microbiana’”. No texto, Lobo critica uma conferência do citado autor realizada no Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, em fevereiro e abril de 1904, publicado pelo Apostolado Positivista do Brasil. Lobo tenta refutar as críticas dos “sectários religiosos de Augusto Comte”, contra Pasteur e explica que os motivos da crítica foram porque na posse da Academia Francesa, em que ocuparia a vaga de Littré, Pasteur elogiou este que era considerado uma espécie de Judas para o positivismo e ainda que a campanha contra a microbiologia se dava por motivos religiosos e

rancor pessoal, não por oposição teórica. Menciona ainda os nomes de dois seguidores do postulado positivista presentes em outros textos, como Teixeira Mendes e Bagueira Leal, dizendo que a motivação para escrever esse artigo, não parte de “paixão sectária”, por que não se filia a nenhum grupo que fala “em nome de princípios absolutos”, “mas pelo simples desejo de opor a uma propaganda que nos parece injusta e anticentífica, toda a resistência que nos permitem os nossos limitadíssimos recursos de inteligência e de saber”. Lobo parte da tese que filosofia, religião e ciência são independentes entre si, decretando, porém, a superioridade da ciência. Para ele, religião é questão de sentimento, crença no que não pode ser demonstrado, e a filosofia seria a unificação completa do saber, a generalização. Termina a sua escrita desse dia, exaltando Oswaldo Cruz e a higiene pública brasileira e esclarecendo, em *post scriptum*, que tais artigos seriam reunidos em folheto e remetidos a Agliberto Xavier, por intermédio de João Victal Matos (LOBO, 1908a, p. 1).

Na segunda parte da argumentação de Lobo, usando as experiências dos cientistas Béchamp e Tiegel, refuta a afirmativa de Agliberto, que os germens encontravam-se apenas no ar atmosférico. Lobo defende a tese de que os germens encontram-se em qualquer meio e que existem bactérias que podem sobreviver a altíssimas condições de temperatura (LOBO, 1908b).

No artigo seguinte, Lobo nega a ideia do texto comentado de que a microbiologia anula a fisiologia, assim como os organismos adoecem por uma espontaneidade morbida e que o organismo infectado é passivo em relação ao infectante. O comentador vê uma série de contradições na argumentação de A. Xavier explicando por meio dos postulados de Le Dantec que os organismos não são passivos e que o estudo da microbiologia, pelo contrário, ajudam a área da fisiologia, ao mesmo tempo que refuta a espontaneidade criadora, criando imagens que expõem o pensamento do oponente ao ridículo:

Com efeito, dizer que um organismo adoecer em virtude de uma *espontaneidade morbida*, é não dizer coisa alguma, porque é deixar o fenômeno que se quer explicar no mesmo pé em que se acha, isto é: inteiramente incompreensível. Equivale a dizer que os dentes mastigam em consequência de uma *espontaneidade mastigadora* e que os galos cantam em virtude de uma *espontaneidade cantadora*.

Para estes e outros casos semelhantes, foi que a sabedoria das nações inventou o prólogo de que o silêncio é de ouro. (LOBO, 1908c, p. 1, grifo do autor).

No quarto artigo da série, Lobo (1908d) critica a argumentação de que os postulados de Pasteur não foram inventados por ele, foram de épocas anteriores. Ele diz que essas ideias são plágios, pois é consenso que Pasteur fora precedido por outros teóricos, no entanto foi ele que sistematizou as ideias que antes eram apenas fantasiosas. Por outro lado,

na segunda parte do artigo, Lobo diz que o autor em apreço escreve muito mal, não conseguindo expressar seu real pensamento.

No artigo posterior, Lobo (1908e) objeta a ideia colocada baseada nos postulados de Béchamp de que os microorganismos advém interiormente dos indivíduos que lhe deram origem, apresentando situações práticas do cotidiano e questionando se A. Xavier não interpretou as ideias do autor citado de maneira errada.

No sexto artigo, o ponto de tensão entre os dois se prende em descrever as origens e funções das microzimas, micróbios que teriam importante papel na manutenção do equilíbrio fisiológico, e a sua adaptação a diversos tipos de condições de clima e temperatura. A. Xavier afirmava que existiam organismos em que as microzimas cessavam em uma estação rigorosamente fria; Lobo dizia que isso era impossível, uma vez que, na literatura, não havia relato de animais que pudessem ressuscitar (LOBO, 1908f).

O texto segue até o artigo de número 10, findando em 28 de março de 2008. No último texto respondendo a tentativa do conferencista em desqualificar a figura de Pasteur, acusando-o de plagiar a teoria de Duboué sobre o vírus da raiva, Lobo desqualifica da mesma forma a figura de Augusto Comte e Clotilde de Vaux, figuras centrais do positivismo (LOBO, 1908g).

4.2 Em *A doutrina transformista e a variação microbiana*

Esse cientificismo ortodoxo foi materializado na obra de Lobo por meio do livro *A doutrina transformista e a variação microbiana* publicado em 1909. Ele é claramente um livro de vulgarização científica, onde Lobo tenta explicar, cientificamente, a vida, baseado nas diversas teorias que surgiram acerca desse assunto. Fartamente, durante a exposição de suas ideias, Lobo, metalinguisticamente, encontra lugar para reafirmar que o livro trata-se de um “modesto trabalho de propaganda vulgarizadora”. (LOBO, 1909, p. 31).

A primeira parte do livro começa falando sobre reprodução e a possibilidade de dois tipos de reprodução: a reprodução conforme os mamíferos e a reprodução conforme os protozoário. No primeiro caso, a reprodução se deu a partir de dois seres de sexos diferentes; no segundo, a reprodução se deu a partir de um único ser, porém o fenômeno constitui o mesmo: a divisão de um plastídio inicial (célula). Tal conclusão está acentada na constatação de Pasteur para a Biologia, que refutou a ideia de assimilação. Lobo também coloca que escavações paleontológicas encontraram espécies que não existem mais hoje. Baseado nisso novas duas hipóteses filogênicas se formaram: a) Curvier e Agassiz, teoria geológica dos

catalismos – hipótese das criações sucessivas – que dizia que a cada revolução do globo destruidora sucedia uma nova com espécies inteiramente diversas; b) Lamarck, Geoffroy de Saint Hilaire – explica a diversidade de espécies existentes e extintas pelo simples jogo de forças naturais: por condições específicas foi se desenvolvendo e diferenciando de formas simples às mais complexas. O autor ressalta que essa teoria, o transformismo lamarckiano, foi combatida devido a sua ausência total de uma interferência da divindade, e foi esquecida, porém vários estudos comprovaram a teoria de Lamarck, juntamente com o desenvolvimento de outras áreas, como a anatomia, a geologia, sob o impulso dos trabalhos de Lyell.

A segunda parte começa falando que data de 1859, ano em que foi publicado *On the Origin os Species by Means of Natural Selection* (origem das espécies), de Charles Darwin, o início do período do triunfo das doutrinas transformistas, com a teoria da seleção natural. Nesse momento do livro, Lobo (1909, p. 15-16) abre um parêntese para explicar a intencionalidade de vulgarização científica do seu texto:

Não cabe, nos acanhados limites deste desprezioso trabalho de vulgarização sintética, o estudo detalhado e crítico dos fatos em que o glorioso naturalista inglês inconcussante, estribou as suas conclusões, nem tão pouco traçar o histórico das agitadas e violentas controvérsias que a aparição da *Origem das espécies* suscitou no mundo científico, além de sua inoportunidade atual, exigiria da nossa parte um esforço em que seríamos parcamente secundados pelos nossos limitadíssimos conhecimentos do assunto.

Cifraremos-nos, portanto, em apresentar, numa larga generalização, o princípio capital do transformismo, que nos deve servir para as conclusões a que ambicionamos chegar.

E continua explicando que a sua intenção objetiva é esclarecer dois erros: que cabia exclusivamente a Darwin a teoria do transformismo e que suas conclusões estavam em desacordo com as bases de Lamarck, erros esses já esclarecidos por estudiosos como Lanessan, R. Coulon, G. Geley, Félix Le Dantec. Tanto Darwin quanto Lamarck estudaram os seres vivos debaixo de dois pontos de vista distintos, cada um atribuindo uma influência preponderante a um dos fatores da variação específica: Darwin à seleção natural; Lamarck à adaptação determinada pelas contingências do meio ambiente, mas os resultados a que ambos chegaram foram idênticos: constataram que as espécies nada mais representam que o produto da evolução lenta, através dos séculos de uma ou mais formas elementares, chegando a conclusão de que “a ciência não conhece começos absolutos, tudo se encadeia e filia, tudo se prende e relaciona, numa gradação constante e numa transformação sucessiva.” (LOBO, 1909, p. 19).

A partir desse momento, Lobo vai novamente fazer uma discussão ampla sobre fé e ciência baseado nos dois cientistas que vêm relacionando. Ressalta que nem Lamarck nem Darwin eram ateus e sim deístas, mostrando citações dos autores que embasam essa

afirmação. Lobo afirma que a ideia geral do transformismo não é contrária aos dogmas católicos, mostra passagens de livros de autores da época, como o Pe. Girodon, Ferdinand Brunetiere sobre esse aspecto. E encerra novamente o capítulo justificando a sua intenção ao esclarecer acerca da fé dos cientistas estudados:

Dilucidados assim perfuntoiramente esses dois pontos, que, apesar do seu interesse relativamente secundário, devem, contudo, merecer a atenção dos que buscam vulgarizar as doutrinas transformistas, porque o primeiro importa no restabelecimento de uma verdade histórica e o segundo na remoção de um estorvo a semelhante vulgarização, reatemos o fio interrompido da nossa brevíssima exposição. (LOBO, 1909, p. 23).

Lamarck foi um importante biólogo do século XVIII e XIX, pois seus estudos contribuíram muito para a sistematização dos conhecimentos da História Natural. Naturalista francês, foi o primeiro a propor uma teoria sintética da evolução. Sua teoria foi publicada em 1809, no livro *Filosofia Zoológica*. Ele dizia que formas de vida mais simples surgem a partir da matéria inanimada por geração espontânea e progredem a um estágio de maior complexidade e perfeição. Foi Lamarck quem começou a usar o termo “biologia” para designar a ciência que estuda os seres vivos. Foi este cientista também que fundou os estudos de paleontologia dos invertebrados. As teorias desenvolvidas por Lamarck eram transformistas, ou seja, partiam do princípio de que os seres vivos evoluem e se transformam. Desta forma, os organismos mais simples, com o passar do tempo, iriam se transformando em seres mais complexos, até atingirem uma condição de vida ideal. Em sua teoria, Lamarck sustentou que a progressão dos organismos era guiada pelo meio ambiente: se o ambiente sofre modificações, os organismos procuram adaptar-se a ele. Nesse processo de adaptação, um ou mais órgãos são mais usados do que outros. O uso ou o desuso dos diferentes órgãos alterariam características do corpo, e estas características seriam transmitidas para as próximas gerações. Assim, ao longo do tempo, os organismos se modificariam, podendo dar origem as novas espécies. O biólogo contribuiu com duas principais teorias: a) Teoria do Uso e Desuso, que explica que no processo de adaptação ao meio, o uso de determinadas partes do corpo do organismo faz com que elas se desenvolvam, e o desuso faz com que se atrofiem; assim como os órgãos mais utilizados, cujas funções para a sobrevivência são fundamentais, tendem a ganhar força e se desenvolverem de forma proporcional ao tempo utilizado; b) Teoria das características adquiridas, que preconiza que as alterações no corpo do organismo provocadas pelo uso ou desuso são transmitidas aos descendentes. As teorias de Lamarck influenciaram os estudos evolucionistas desenvolvidos por Charles Darwin. No entanto, as pesquisas nas áreas de genética e hereditariedade, desenvolvidas na segunda

metade do século XX, invalidaram a teoria das características adquiridas desenvolvidas por Lamarck (FREZZATTI JÚNIOR, 2011).

Charles Darwin, por sua vez, foi um naturalista britânico, que revolucionou a biologia, propondo a teoria de que os organismos vivos evoluem gradualmente através da seleção natural. Em 1859, Darwin lançou sua obra-prima, *Origem das espécies*, que se tornou um dos livros mais importantes da história da biologia. Em 1831, Darwin fez a viagem que mudaria o rumo de sua vida, depois de tentativa frustrada de cursar medicina. Ele saiu em uma expedição marítima que deveria mapear a costa da América do Sul. Suas observações da natureza levaram-no ao estudo da diversificação das espécies e ao desenvolvimento da teoria da seleção natural, colecionando fósseis e observando inúmeras espécies vegetais e animais, além de assistir a fenômenos geológicos como erupções vulcânicas e terremotos (FREZZATTI JÚNIOR, 2011).

Na terceira parte do livro, Lobo (1909) defende que as condições do ambiente determinam as espécies, assim como as modificações nos seres vivos, devido à mudança de meio, não são apenas exteriores, mas repercutem na sua própria estrutura anatômica e nas funções fisiológicas. Os estudos de Haeckel com fósseis indicam evolução das espécies, inclusive das formas orgânicas, que não revelam fixidez e sim variações, principalmente com as modificações das condições do meio. Tal afirmação pode ser comprovada por diversos estudos, mas especialmente pelo fato biológico experimental chamado de atenuação da virulência, um estudo de Pasteur, que estudou a extinção causada pelas epidemias e suas pesquisas criaram a Microbiologia.

Na quarta parte do livro, Lobo (1909, p. 32) começa com uma afirmação de que “todo ser vivo é um plastídio ou uma aglomeração de plastídios” (célula). Por essa razão, a bactéria, que é um ser monoplastidiário obedece mais rapidamente as imposições do meio do que o homem, que é um ser poliplastidiários, por isso a preferência dos estudos experimentais pelos seres monoplastidiários, como os estudos de Félix Le Dantec, responsável por uma nova teoria para a explicação científica de todos os fenômenos vitais. Sobre a obra deste último, Lobo diz que se alongaria demais para explicá-la no reduzido trabalho de vulgarização científica, ficando reduzido aos princípios transformistas de variabilidade das espécies.

Félix Le Dantec era um biólogo francês. Trabalhou no Instituto Pasteur, fazendo parte da equipe de Ilya Mechnikov Ilitch. Doutor em Ciência Natural, foi enviado para São Paulo (Brasil) para fundar um laboratório que tinha o objetivo de estudar a febre amarela. Suas obras *Matières vivantes*, *Le déterminisme biologique*, *Évolution individuelle et hérédité*, *L'unité dans l'être vivant* lançaram as bases do determinismo científico .

Na quinta parte, Lobo (1909, p. 38) coloca que os corpos vivos distinguem-se dos corpos brutos pela propriedade da assimilação, propriedade em virtude da qual os seres vivos aumentam quantitativamente pela transformação de outras, as substâncias plásticas de que são constituídos, ou seja, constitui-se um fenômeno químico que consistem em destruições e construções de edifícios moleculares. Constata, portanto, que a vida é “um mero fenômeno químico”, porém como e porque isso ocorre não é mais alçada da ciência, mas assunto de postulados da fé/ hipóteses metafísicas, sendo esses os limites claros da ciência. Conforme Lobo, a Biologia de seu tempo não podia ser tão precisa quanto à química, devido à diversidade de fatores para a previsão de fenômenos vitais. Dessa forma, as reações no corpo humano são diferentes das que acontecem nos corpos brutos: nos primeiros, o plastídio aumenta quantitativamente conservando à reação de que participou, a mesma composição química; nos segundos, os corpos reagentes destroem-se em virtude da própria reação de que participam. Nesse instante, para explicar os dois processos químicos, o vulgarizador expõe equações químicas que explicam os postulados do estudioso Le Dantec.

Na sexta e última parte do livro, continua-se a explicação sobre os postulados de Le Dantec, especificamente sobre o seu estudo da bactéria carbunculosa, que provoca a doença carbúnculo, para explicar de maneira irrefutável a teoria do transformismo. Faz-se uma descrição minuciosa da bactéria e dos processo que vão definir três morfologias da mesma: o parasitário, o filamento e o esporulado, inclusive modificando a sua virulência conseguida em laboratório, produzindo uma nova espécie, inofensiva, o que provaria as verificações do transformismo. E Lobo (1909, p. 51) conclui que o transformismo “é uma hipótese que obedece aos mais rigorosos preceitos da lógica”, confirmada por verificações experimentais, não havendo hipótese rival que lhe possa com vantagem ser oposta (BAIN apud LOBO, 1909, p. 52).

Percebe-se claramente no livro a preocupação de Lobo em caracterizar bem o acontecimento científico que está descrevendo e uma tentativa de esclarecer, explicar da melhor maneira possível para que haja compreensão no leitor, além disso, o modo como apresenta cada biólogo elencado, exaltando tanto àquele quanto suas descobertas e a importância delas para a humanidade, com dois intuitos principais: mostra-se amante e conhecedor da ciência e levar a ciência ao conhecimento do público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É impressionante a bagagem enciclopédica que Lobo acumulou ao longo dos seus 46 anos de vida. Uma vida intensa, boa parte dedicada a expressão do seu conhecimento, do seu pensamento, diariamente, nos periódicos de São Luís.

A erudição e o aprofundamento teórico eram basilares para mostrar quem sabia mais, na medida em que a vontade de saber de Lobo indicava uma vontade de poder, uma busca pela verdade e pela apropriação desse discurso, que uma vez adquirido definia o que é verdadeiro e o que é falso na sociedade (FOUCAULT, 1996).

Ser tradutor, ser conhecedor das artes, ser intelectual e entender de ciência elevam a figura de Lobo a um pertencimento realmente a Atenas, ao Olimpo, à intelectualidade maranhense, não àquela época em que ele estava, mas um gênio, um astro que estava deslocado do céu de estrelas da primeira geração, o Grupo Maranhense, talvez por isso, Lobo denominava seu grupo de “Sistema”, que fazia alusão ao sistema solar, em que ele era o astro mais importante, o Sol, que chegava para romper com a “triste e caliginosa noite”, ser o líder supremo desses “astros errantes”, expressões essas metafóricas, mas plurissignificativas e intencionais que ele mesmo registrou em livro.

Dijk (2015) fala que muitas formas de poder são simbólicas, pois as elites simbólicas, que têm acesso privilegiado aos discursos públicos, controlam a reprodução discursiva da dominação da sociedade. Esse poder simbólico deriva de outros poderes – os professores, por exemplo, os seus recursos de conhecimento – e fornecem acesso aos meios de produção discursiva, conseqüentemente ao gerenciamento das mentes do público.

Koch (2009) afirma que discurso é uma ação verbal dotada de intencionalidade, em que subjaz uma ideologia, pois que o ato de argumentar é uma forma de influir sobre o comportamento do outro, fazendo inclusive com que compartilhe de determinadas opiniões, não existindo, assim, um discurso neutro. O pleno uso da argumentação combativa por esse intelectual demonstra a vontade de ser a voz mais altissonante, que poderia até entrar em contradição, mas usava de suas habilidades de comunicação para conseguir torcedores e adeptos, aumentando o seu público. Pode-se encontrar, por exemplo, essa contradição na argumentação de Lobo no caso dos livros da Escola Modelo. Lobo publicou nos jornais vários textos em que critica a Gramática, os críticos que promovem a correção gramatical dos textos dos diversos autores e dos textos dele próprio, afirmando que o verdadeiro letramento deve ocorrer por meio da leitura. Essa argumentação foi muito bem vinda e usada nas polêmicas com Nascimento Moraes, que era um corretor gramatical assíduo dos jornais, enquanto ele

teve a frente da biblioteca, para incentivar a leitura de livros e até para justificar possíveis desvios da gramática cometidos por ele próprio, mas ele não hesitou em corrigir todas as gralhas cometidas por Barbosa de Godóis nos livros que foram preteridos por ele, desmoralizando o adversário e usando esse fator a seu favor.

Ao mesmo tempo em que queria ser portador de uma erudição, a forma peculiar de se comunicar de maneira leve e coloquial com a população permitia o acesso e a conquista de um público que, em sua maioria, não tinha grandes conhecimentos ou até era iletrado. Confesso, porém, que em muitos momentos da pesquisa, me deleitei com os textos dele, os mais coloquiais, que são de uma ironia e humor mordazes, engraçados, perturbadores, excitantes, e gargalhei efusivamente com o brejeirismo desconcertantes de algumas expressões cunhadas por ele.

Enfim, a voz de Lobo ser também uma voz científica é também uma estratégia de acumulação de capital simbólico, uma voz autorizada, verdadeira, única, mas, por outro lado, complacente e amiga. Dentre as diversas estratégias de consagração de Lobo, o discurso autorizado, com base na ciência, se configura como importante elemento de promoção, de legitimidade, visibilidade, consagração e prestígio, a quem queria ter sempre a última palavra sobre qualquer assunto.

É necessário saber jogar as regras do jogo, Lobo mantevesse vivo durante boa parte dele, calando-se apenas quando foi proibido de falar, que representou simbolicamente sua morte. Antes do suicídio, Lobo já estava morto!

REFERÊNCIAS

A NOSSA revista. **Philomathia**, ano I, n. 1, p. 1-2, out. 1895.

ALIPINHO JÚNIOR. Pintando o 7. **O Maranhão**, São Luís, ano I, n. 209, 4 jan. 1908. p. 1.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 2000.

BERNARDES, Vanessa Cuba. Um estudo sobre cartilha analytica, de arnaldo de oliveira barreto (1869-1925). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2008.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Uma Atenas equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. 2015. 362 f. Tese (Doutorado) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, Patricia Raquel Lobato Durans. **Lobo x Nascimento na “nova Atenas”**: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

CARVALHO, Antônio dos Reis. A literatura maranhense. In: BIBLIOTECA Internacional de Obras Célebres. Rio de Janeiro: Sociedade Internacional, 1912. v. 20. p. 9737-9754.

CARVALHO, Inácio Xavier de. A nossa questão. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXVII, n. 9972, 26 out. 1906. p. 1.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1993.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso de poder**. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graaal, 2011.

FREZZATTI JÚNIOR, Wilson Antonio. A construção da oposição entre Lamarck e Darwin e a vinculação de Nietzsche ao eugenismo. **Scientiae Zudia**, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 791-820, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v9n4/a04.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

GALLIZA, G. Intervenção pacífica. **Pacotilha**, São Luís, ano XXX, n. 178, 30 jul. 1910. p. 2.

GASPAR, Carlos. **O senhor Antônio Lobo: a fogueira da agonia**. São Luís: Edições AML, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2009.

LICAR, Caroline Castro. **“Escripta Rudimentar”**: uma polêmica entre Antônio Lobo e Barbosa de Godóis. São Luís: Café & Lápis/Fapema, 2012.

LOBO, Antonio. **A carteira de um neurastênico**. São Luís: Edições da Revista do Norte, 1903.

_____. **A doutrina transformista e a variação microbiana**. São Luís: Ext. da Pacotilha, 1909.

_____. **A política maranhense** (distribuição póstuma). São Luís: Tip. J. Pires, 1916.

_____. **Os novos atenienses**. 3. ed. São Luís: AML/Eduema, 2008.

_____. **Pela Rama**. São Luís: Imprensa Oficial, 1911a.

_____. Positivismo e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10391, 10 mar. 1908c. p. 1.

_____. Positivismo e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10392, 11 mar. 1908d. p. 2.

_____. Positivismo e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10393, 12 mar. 1908e. p. 2.

_____. Positivismo e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10395, 14 mar. 1908f. p. 2.

_____. Positivismo e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10407, 28 mar. 1908g. p. 2.

_____. **Relatório apresentado ao Governador do Estado do Maranhão Dr. João Gualberto Torreão da Costa pelo Diretor da Biblioteca Pública**. São Luís, Typ. Frias, 1901.

LOBO, Antonio. A Alguém. **O Ateniense**, São Luís, n. 72, 5 jul. 1917. Parnaso, p. 3

_____. Parecer da Inspectoria Geral da Instrução Pública. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XLII, n. 11341, 22 abr. 1911b. p. 2.

_____. Parecer da Inspectoria Geral da Instrução Pública. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XLII, n. 11351, 25 abr. 1911c. p. 1-2.

_____. Parecer da Inspectoria Geral da Instrução Pública. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XLII, n. 11354, 28 abr. 1911d. p. 2.

_____. Positivismos e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10388, 6 mar. 1908a. p. 1. Vai ter outro 1908g????

_____. Positivismos e micróbio. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10389, 7 mar. 1908b. p. 1.

LUCA, Tânia Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Manoel. **Operários da saudade**: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. **Atenienses e fluminenses**: a invenção do cânone nacional. 2009. 784 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MORAES, Jomar. **Vida e obra de Antônio Lobo**. São Luís: Revista Legenda Editora, 1969.

_____. Puxos e repuxos. **Correio da Tarde**, São Luís, n. 199, 3 ago. 1910b. p. 1.

_____. Puxos e repuxos. **Correio da Tarde**, São Luís, n. 202, 6 ago. 1910a. p. 1.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Unesp, 2000.

NASCIMENTO, Dorval do. Nosso céu não tem estrelas: o campo intelectual maranhense na Primeira República. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: ANPUH, 2011.

O MÊS. **Revista do Norte**, São Luís, ano V, n. 1, p. 1-3, set. 1965.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Lição para a história das Ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 3, n. 3, p. 467-484, nov. 1996/fev. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v3n3/v3n3a05.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ROIZ, Elmano. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10445, 13 maio 1908a. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10446, 14 maio 1908b. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXIX, n. 10445, 13 maio 1908c. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXVII, n. 9945, 25 set. 1906a. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXVII, n. 9946, 26 set. 1906b. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXVII, n. 9948, 28 set. 1906c. p. 1.

_____. Pela rama. **Diário do Maranhão**, São Luís, ano XXXVII, n. 9969, 23 out. 1906d. p. 2.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15- 25.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÈMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 231-269.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 13-46, 1991.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e literatura: a Revista Brasileira como espaço de vulgarização científica. **Revistas de Pesquisas e Debates de Ciências Sociais**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 75-88, 2004.

VERGARA, Moema de Rezende. Ensaio sobre o termo “vulgarização científica” no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 137-145, jul./dez. 2008.

WARDE, Mirian Jorge; PANIZZOLO, Cláudia. As fontes do método analítico de leitura de João Köpke (1896- 1917). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 14, n. 30, 127-151, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28915>>. Acesso em: 12 jul. 2017.